

**PROGRAMA DE GARANTIA DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA - PROAGRO**  
**BALANÇO PATRIMONIAL - EM 31.12.2011**  
**Em milhares de Reais**

A T I V O			P A S S I V O						
	Notas	31.12.2011	31.12.2010	1.1.2010		Notas	31.12.2011	31.12.2010	1.1.2010
<b>ATIVO</b>		<b>363.224</b>	<b>273.898</b>	<b>370.561</b>	<b>PASSIVO</b>		<b>141.540</b>	<b>142.508</b>	<b>187.563</b>
Disponibilidades		4	1	1	Coberturas a Pagar	6	35.777	41.821	72.447
Compromisso de Revenda	5	363.220	273.897	370.477	Precatórios a Pagar	7	4.588	4.763	4.651
Créditos a Receber		-	-	83	Provisões	8	98.960	91.441	105.469
					Outros		2.215	4.483	4.996
					<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>221.684</b>	<b>131.390</b>	<b>182.998</b>
					Resultados Acumulados		221.684	131.390	182.998
<b>TOTAL</b>		<b>363.224</b>	<b>273.898</b>	<b>370.561</b>	<b>TOTAL</b>		<b>363.224</b>	<b>273.898</b>	<b>370.561</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIO DE 2011**  
**Em milhares de Reais**

	Notas	2011	2010
Receitas de Contribuições	9	214.875	196.656
Despesas de Benefícios	10	(137.647)	(270.721)
Remuneração dos Agentes	11	(1.465)	(2.914)
(=) Resultado de Operações		75.763	(76.979)
Receitas de Juros		34.828	25.335
Despesas de Juros		(3.955)	(7.366)
(=) Resultado Líquido com Juros	12	30.873	17.969
Provisões Líquidas	8	(8.485)	12.956
Outras Receitas	13	1.382	1.248
Outras Despesas	13	(9.239)	(6.802)
<b>RESULTADO NO PERÍODO</b>		<b>90.294</b>	<b>(51.608)</b>

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIO DE 2011**  
**Em milhares de Reais**

	RESULTADOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>131.390</b>	<b>131.390</b>
Resultado do exercício	90.294	90.294
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>221.684</b>	<b>221.684</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>182.998</b>	<b>182.998</b>
Resultado do exercício	(51.608)	(51.608)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>131.390</b>	<b>131.390</b>

(As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras)

**PROGRAMA DE GARANTIA DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA - PROAGRO  
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - EXERCÍCIO DE 2011**

**fl. 2**

**Em milhares de Reais**

	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b><u>Fluxo de Caixa Líquido de Atividades Operacionais</u></b>	<b><u>3</u></b>	<b><u>-</u></b>
(Aplicação) resgate de operações compromissadas	(56.549)	119.664
Recebimento de créditos a receber	220.675	199.354
Pagamento de cobertura de sinistros	(146.940)	(301.521)
Pagamento de serviços de comprovação de perdas	(4.263)	(7.719)
Pagamento de remuneração ao agente	(1.601)	(3.107)
Adicional a devolver	(2.080)	-
Pagamento de taxa de administração ao Banco Central	(9.239)	(6.720)
Outros (pagamentos) recebimentos	-	49
<b><u>Fluxo de Caixa Líquido</u></b>	<b><u>3</u></b>	<b><u>-</u></b>
<b>Varição em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>3</b>	<b>-</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	<b>1</b>	<b>1</b>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<b>4</b>	<b>1</b>

(As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras)

## **1 - O PROAGRO E SUAS ATRIBUIÇÕES**

Instituído pela Lei nº 5.969, de 11 de dezembro de 1973, e regulamentado pelo Decreto nº 175, de 10 de julho de 1991, o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – Proagro tem por objetivos:

- a) exonerar o produtor rural de obrigações financeiras relativas a operações de crédito rural de custeio, cuja liquidação seja dificultada pela ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam bens, rebanhos e plantações;
- b) indenizar recursos próprios utilizados pelo produtor em custeio rural, quando ocorrerem perdas decorrentes dos eventos acima citados.

O Banco Central do Brasil – Bacen é o administrador desse programa, em nome do qual realiza todas as operações, em razão de o Proagro não possuir personalidade jurídica, sendo a Gerência-Executiva de Regulação, Fiscalização e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro – Gerop responsável pela sua gestão. O Bacen é ressarcido dos custos incorridos por meio da cobrança de taxa de administração calculada pelo Sistema de Custos e Informações Gerenciais, mantido pelo Bacen.

O Proagro está sediado em Brasília – Distrito Federal, no Setor Bancário Sul, quadra 3, bloco B, no edifício sede do Bacen.

Atualmente, o Proagro é regido pelas disposições contidas no Capítulo XVI da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com a redação dada pelo art. 25 da Lei nº 12.058, de 13 de outubro de 2009.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 11 de abril de 2012 e encontram-se publicadas no sítio do Bacen na internet ([www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)).

## **2 - APRESENTAÇÃO**

Desde 1992, por força do Voto BCB 861/1992, de 16 de dezembro de 1992, o Proagro deve adotar os mesmos padrões contábeis aplicáveis ao Bacen, os quais são estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, conforme previsto na Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964. No ano de 2002 o CMN determinou que as demonstrações financeiras do Bacen fossem elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Informações Financeiras – IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, processo esse concluído em 2007 com a publicação do primeiro conjunto completo de demonstrações financeiras do Bacen em conformidade com as IFRS.

Para o Proagro, a adoção das IFRS encontra-se em processo de implementação. No entanto, não é possível, neste momento, mensurar e apresentar os efeitos contábeis que poderiam advir sobre o conjunto das demonstrações financeiras do Programa, tendo as demonstrações financeiras referentes ao exercício em curso sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis detalhadas na nota 3.

## **3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

A seguir, é apresentado um resumo das principais práticas contábeis utilizadas pelo Proagro, que foram consistentemente aplicadas às informações financeiras comparativas.

### **3.1. Apuração de Resultado**

O resultado do Proagro é apurado semestralmente em conformidade com o regime de competência e incorporado ao Patrimônio Líquido.

A Demonstração do Resultado Abrangente – DRA tem como objetivo a evidenciação do resultado econômico de uma entidade, ampliando o nível de divulgação dos resultados para além do conceito de resultado contábil, usualmente evidenciado por meio da Demonstração do Resultado do Exercício – DRE.

O Proagro adota a política contábil de apresentar a DRA segregada da DRE em suas demonstrações financeiras. No entanto, considerando a inexistência de itens reconhecidos diretamente no

patrimônio líquido que requeiram a sua divulgação na DRA, essas demonstrações financeiras não contemplam o referido demonstrativo.

### **3.2. Reconhecimento de receitas e despesas**

As receitas de contribuições e as despesas de benefícios são reconhecidas no momento da ocorrência de seu fato gerador, assim entendido o momento em que os agentes do Programa efetuam o registro das operações.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas utilizando-se a taxa efetiva de juros, a qual desconta exatamente o fluxo futuro de recebimentos e pagamentos de um ativo ou passivo financeiro para seu valor líquido contábil, em função de seus prazos contratuais. Esse cálculo considera todos os valores relevantes pagos ou recebidos entre as partes, tais como taxas, comissões, descontos e prêmios.

As receitas e despesas de juros apresentadas na demonstração de resultado incluem as receitas e despesas de juros de todos os ativos e passivos financeiros do Proagro não classificados na categoria Valor Justo a Resultado.

### **3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional e de apresentação destas demonstrações financeiras é o Real, que representa a moeda do principal ambiente econômico de atuação do Proagro.

### **3.4. Ativos e passivos financeiros**

#### **3.4.1 Reconhecimento**

Os ativos e passivos financeiros são registrados pelo valor justo no momento da contratação, ou seja, na data em que o Proagro se compromete a efetuar a compra ou a venda, sendo que, para aqueles não classificados na categoria Valor Justo a Resultado, esse valor inclui todos os custos incorridos na operação.

O Proagro realiza operações em que não recebe nem transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de ativos financeiros negociados, como nos compromissos de revenda. Nessa situação, os ativos negociados não são reconhecidos na contabilidade e os montantes aplicados são registrados no balanço patrimonial pelos valores adiantados.

#### **3.4.2 Baixa**

Ativos financeiros são baixados quando:

- a) os direitos de receber seus fluxos de caixa expiram, em virtude de liquidação financeira, inexistência de perspectiva de realização ou perda do direito de realização; ou
- b) o Proagro transfere os direitos de receber os fluxos de caixa, transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. Não sendo possível determinar se houve retenção ou transferência substancial de todos os riscos e benefícios da propriedade, os ativos financeiros são baixados caso não haja retenção de controle sobre o ativo financeiro transferido.

Passivos financeiros são baixados quando as obrigações são quitadas, canceladas ou expiram.

#### **3.4.3 Classificação dos instrumentos financeiros**

Na data da contratação, os ativos financeiros são classificados em uma das seguintes categorias: Valor Justo a Resultado, Mantidos até o Vencimento, Empréstimos e Recebíveis ou Disponíveis para Venda. Após o registro inicial, os ativos são avaliados de acordo com a classificação efetuada:

**a) Valor Justo a Resultado**

Um instrumento financeiro é classificado na categoria Valor Justo a Resultado, com ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo reconhecidos no resultado, na ocorrência de uma das seguintes situações:

- se existir a intenção de negociação no curto prazo;
- se for um instrumento financeiro derivativo;
- por decisão da Administração, quando essa classificação apresentar informações mais relevantes e desde que esses ativos façam parte de uma carteira que seja avaliada e gerenciada com base no valor justo;

**b) Mantidos até o Vencimento**

Compreende os ativos financeiros não derivativos para os quais a entidade tenha a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento. Esses ativos são avaliados pelo custo amortizado, sendo os juros, calculados utilizando-se a taxa efetiva de juros, reconhecidos no resultado pelo regime de competência;

**c) Empréstimos e Recebíveis**

Inclui os ativos financeiros não derivativos com amortizações fixas ou determináveis e que não são cotados em mercado. Esses ativos são avaliados pelo custo amortizado, sendo os juros, calculados utilizando-se a taxa efetiva de juros, reconhecidos no resultado pelo regime de competência;

**d) Disponíveis para Venda**

Esta categoria registra os ativos financeiros não derivativos não classificados nas demais categorias, uma vez que a Administração não possui expectativa determinada de venda. Esses ativos são avaliados pelo valor justo e têm seus ganhos e perdas levados ao patrimônio líquido, sendo reconhecidos no resultado no momento de sua efetiva realização. Entretanto, os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

**3.4.4 Metodologia de avaliação**

O valor justo é o valor de mercado divulgado pelas principais centrais de custódia ou provedores de informações econômicas. Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, o valor justo é calculado com base em modelos de precificação que incluem o valor das últimas negociações ocorridas, o fluxo de caixa descontado e o valor justo de instrumentos financeiros semelhantes. Os modelos utilizados são avaliados por um comitê multidepartamental, a quem cabe sugerir novas metodologias ou aprimoramentos.

O custo amortizado é o valor na data de reconhecimento, acrescido dos juros contratuais utilizando-se a taxa efetiva de juros, e descontados os valores de eventuais amortizações e de reduções por perda de valor.

O quadro a seguir apresenta um resumo dos instrumentos financeiros e suas classificações:

<b>Ativo</b>	<b>Categoria</b>	<b>Metodologia de Avaliação</b>
Disponibilidades	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Compromisso de Revenda	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Créditos a Receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
<b>Passivo</b>	<b>Categoria</b>	<b>Metodologia de Avaliação</b>
Coberturas a Pagar	Outros Passivos	Custo amortizado
Precatórios a Pagar	Outros Passivos	Custo amortizado

### **3.4.5 Provisão para perda de ativos financeiros**

O Proagro efetua, no mínimo semestralmente, uma avaliação para verificar se existem evidências objetivas de perdas de valor de seus ativos financeiros.

Somente são consideradas evidências objetivas de perda os fatos ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo que tenham impacto no fluxo estimado de recebimentos e desde que esse impacto possa ser estimado com confiança. São considerados, por exemplo, os seguintes eventos:

- a) dificuldades financeiras do devedor;
- b) não pagamento de parcelas da obrigação, do principal ou dos juros;
- c) renegociação ou abatimento;
- d) liquidação extrajudicial, falência e reorganização financeira;
- e) desaparecimento de mercado ativo, em função de dificuldades financeiras do emissor.

Se existirem evidências objetivas de perda nos ativos avaliados pelo custo amortizado, o valor da perda é dado pela diferença apurada entre o valor do ativo na data da sua avaliação e o valor que se espera receber ajustado a valor presente pelas taxas contratuais. Nesses casos, o valor do ativo é ajustado com o uso de uma conta de provisão e o valor da perda reconhecido no resultado.

Provisões para perda de ativos financeiros são avaliadas individualmente por um comitê multidepartamental, a quem cabe verificar a propriedade dos valores e as metodologias utilizadas.

Para os ativos classificados na categoria Disponíveis para Venda, havendo evidências objetivas de perda permanente, a perda acumulada registrada no patrimônio líquido deve ser reconhecida na demonstração de resultado, mesmo não havendo a realização do ativo.

Quando um ativo é considerado não recebível, seu valor é baixado contra a conta de provisão. Eventuais recebimentos posteriores de ativos baixados são reconhecidos como receita.

Se, em períodos subsequentes, ocorrer alteração nas condições de recebimento do ativo, e essa alteração ocasionar reversão de provisão anteriormente reconhecida, o valor da reversão será reconhecido como receita, com exceção das participações societárias, para as quais a provisão para perda não pode ser revertida.

### **3.5. Provisões para pagamentos de passivos**

O Proagro reconhece uma provisão quando existe um provável desembolso de recursos e desde que esse valor possa ser estimado com confiança. Quando o desembolso de recursos não for provável, mas apenas possível, nenhuma provisão é reconhecida.

### **3.6. Ajustes de períodos anteriores**

Na ocorrência de omissões e/ou incorreções materiais nas demonstrações financeiras de um ou mais períodos anteriores, o Proagro efetua o ajuste retrospectivamente no primeiro conjunto de demonstrações financeiras autorizadas para emissão após a descoberta da omissão e/ou incorreção:

- a) por reapresentação dos valores comparativos para o período anterior apresentado em que tenha ocorrido a omissão e/ou incorreção; ou
- b) se a omissão e/ou incorreção ocorreu antes do período anterior mais antigo apresentado, por reapresentação dos saldos iniciais dos ativos, passivos e patrimônio líquido para o período anterior mais antigo apresentado.

### **3.7. Imunidade tributária**

De acordo com o previsto na Constituição Federal brasileira, o Proagro possui imunidade quanto à cobrança de impostos sobre o seu patrimônio e sobre as rendas e serviços relacionados às suas

atividades. Entretanto, está obrigado a efetuar retenções de tributos referentes aos pagamentos de serviços prestados por terceiros.

### **3.8. Demonstração de fluxo de caixa**

Para fins da Demonstração de Fluxo de Caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem apenas as disponibilidades.

## **4 - AJUSTES CONTÁBEIS RETROSPECTIVOS**

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010 continham ressalva dos auditores independentes em razão de valores não reconhecidos na contabilidade do Proagro. Ao longo de 2011 foram realizados esforços no sentido de solucionar as pendências apontadas pela auditoria independente em seu parecer, resultando nos seguintes ajustes:

- a) despesas referentes a decisões adotadas pela Comissão Especial de Recursos – CER, que foram questionadas e preliminarmente não acatadas pelo Bacen (nota 8.2): o valor da provisão foi calculado considerando-se o valor apurado na data do julgamento pelo agente do Proagro, atualizado pelos encargos contratuais, perfazendo um total de R\$31.798 em 1 de janeiro de 2010 e R\$34.922 em 31 de dezembro de 2010. Referidos ajustes impactaram o saldo da rubrica Provisões no balanço patrimonial, conforme evidenciado na nota 4.1;
- b) devolução de receitas de adicional (contribuição do participante) recolhido em duplicidade: os processos foram objeto de análise visando verificar se de fato ocorreu o recolhimento em duplicidade e, em caso afirmativo, se o ressarcimento do valor já havia sido efetuado ao agente. Dessa forma, apurou-se um total de R\$2.030 a ser devolvido em 1 de janeiro de 2010 e em 31 de dezembro de 2010, impactando o saldo da rubrica Outros no balanço patrimonial, conforme evidenciado na nota 4.1; e
- c) despesas referentes a processos cujas decisões dos agentes do Proagro (instituições financeiras), quanto ao pedido de cobertura, foram contestadas pelos beneficiários, por meio de interposição de recurso administrativo à CER (nota 8.3): o valor da provisão foi calculado considerando-se os índices históricos de deferimento, totalizando R\$80 em 1 de janeiro de 2010 e R\$3.597 em 31 de dezembro de 2011. Referidos ajustes impactaram o saldo da rubrica Provisões no balanço patrimonial, conforme evidenciado na nota 4.1.

Em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis a ajustes de períodos anteriores (nota 3), tais provisões foram registradas em contrapartida a resultados acumulados, tendo sido reconhecida no resultado do período apenas a parcela referente à sua atualização em 2011.

Adicionalmente, foram identificadas situações nas quais depósitos judiciais e provisões para ações judiciais não haviam sido baixados na contabilidade, embora os pagamentos a eles relacionados já tivessem sido efetuados aos favorecidos em razão de decisão judicial desfavorável ao Proagro. Assim, o saldo de depósitos judiciais foi integralmente baixado em 1 de janeiro de 2010 e em 31 de dezembro de 2010, enquanto que o saldo de provisões para ações judiciais sofreu ajuste de R\$9.428 e R\$9.908, respectivamente. O impacto desses ajustes está evidenciado no balanço patrimonial nas rubricas Depósitos Judiciais e Provisões, conforme nota 4.1.

Com o objetivo de refletir a contabilização dos ajustes mencionados acima nas demonstrações financeiras do Proagro, foram efetuados ajustes nos valores comparativos de 2010. Os quadros a seguir apresentam os valores originalmente publicados e os ajustes efetuados.

#### 4.1. Balanço Patrimonial

Em 1.1.2010

	Publicado	Ajuste contábil	Saldo ajustado
<b>Ativo</b>			
Depósitos Judiciais	2.299	(2.299)	-
<b>Passivo</b>			
Provisões	83.019	22.450	105.469
Outros	2.966	2.030	4.996
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Resultados Acumulados	209.777	(26.779)	182.998

Em 31.12.2010

	Publicado	Ajuste contábil	Saldo ajustado
<b>Ativo</b>			
Depósitos Judiciais	2.317	(2.317)	-
<b>Passivo</b>			
Provisões	62.830	28.611	91.441
Outros	2.453	2.030	4.483
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Resultados Acumulados	164.348	(32.958)	131.390

#### 4.2. Demonstração do Resultado

	Publicado em 2010	Ajuste contábil	Resultado ajustado
Provisões Líquidas	19.135	(6.179)	12.956
<b>Resultado no Período</b>	<b>(45.429)</b>	<b>(6.179)</b>	<b>(51.608)</b>

#### 4.3. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Publicado	Ajuste contábil	Saldo ajustado
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>209.777</b>	<b>(26.779)</b>	<b>182.998</b>
Resultado do exercício	(45.429)	(6.179)	(51.608)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>164.348</b>	<b>(32.958)</b>	<b>131.390</b>

### 5 - COMPROMISSO DE REVENDA

São operações em que ocorre uma compra à vista concomitante à assunção do compromisso de revenda em data futura de títulos públicos federais. Nessas operações a contraparte é sempre o Bacen e, tendo em vista suas características, os bens negociados são contabilizados como garantias.

As garantias das operações compromissadas são sempre constituídas em títulos públicos federais custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, avaliados a preços inferiores àqueles observados no mercado secundário com objetivo de proteger o credor dos recursos das variações nas taxas de mercado (preços). Uma vez que o valor das garantias é estabelecido no momento da contratação da operação, não havendo previsão de ajuste durante sua vigência, o credor dos recursos assume o risco da variação de preços de mercado das garantias, quando estes caem abaixo daqueles estabelecidos quando da contratação da operação.

Essas operações são remuneradas por 95,5% da taxa Selic e sua contratação considera o prazo de vencimento dos títulos recebidos em garantia, cabendo destacar, no entanto, a possibilidade de resgate antecipado de recursos para fazer frente às necessidades de caixa do Proagro. São constituídas sem cláusula de “livre movimentação”, ou seja, a venda definitiva dos títulos recebidos em garantia não é permitida durante a vigência da operação.

	31.12.2011	31.12.2010	1.1.2010
Compromisso de Revenda sem livre movimentação	363.220	273.897	370.477
Garantias	365.470	275.532	371.638

A redução no saldo da rubrica compromissos de revenda observada em 2010 é decorrente, principalmente, do resgate de recursos para fazer frente às despesas de benefícios no período, uma vez que não houve repasse orçamentário da União naquele exercício (nota 16.4). Em 2011 a variação está associada à incorporação de juros (nota 12) e às novas aplicações, em função de o recebimento de contribuições ter sido superior aos pagamentos efetuados no período.

## 6 - COBERTURAS A PAGAR

Referem-se aos valores de cobertura de sinistros ainda não pagos, cujos pedidos foram deferidos pelos agentes do Programa ou pela CER, órgão colegiado vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, destinado a julgar em única instância administrativa os recursos contra as decisões dos agentes do Proagro.

A variação está associada à redução da quantidade de coberturas deferidas no período (nota 10).

## 7 - PRECATÓRIOS A PAGAR

Segundo dispõe o § 5º do art. 100 da Constituição Federal, as entidades de direito público devem incluir nos seus orçamentos dotação necessária à cobertura dos precatórios judiciais apresentados até 1º de julho de cada ano, para pagamento até o final do exercício seguinte.

Com a edição da Emenda Constitucional 30, de 13 de setembro de 2000, os precatórios decorrentes de ações ajuizadas até 31 de dezembro de 1999 serão liquidados pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, ressalvados, entre outros, os créditos de natureza alimentícia e de pequeno valor.

Em atenção ao disposto no art. 27 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2012), as dotações aprovadas na lei orçamentária anual, destinadas ao pagamento de débitos oriundos de decisões judiciais transitadas em julgado, serão descentralizadas aos tribunais requisitantes dos precatórios, aos quais competirá efetuar os pagamentos aos beneficiários. Em virtude disso, os recursos orçamentários e financeiros não transitarão pelo Proagro (entidade devedora). O saldo existente em 31 de dezembro de 2011 refere-se aos precatórios a serem pagos nos exercícios de 2012 e seguintes.

## 8 - PROVISÕES

	31.12.2011	31.12.2010	1.1.2010
Ações judiciais	60.343	52.922	73.591
Coberturas deferidas pela CER e pendentes de execução	38.334	34.922	31.798
Valores de coberturas passíveis de deferimento pela CER	283	3.597	80
<b>Total</b>	<b>98.960</b>	<b>91.441</b>	<b>105.469</b>

### 8.1. Provisões para ações judiciais

O Proagro era parte em 422 ações judiciais em 31 de dezembro de 2011 (2 no polo ativo e 420 no polo passivo) relacionadas, principalmente, a contestação das decisões tomadas no âmbito do Programa sobre os pedidos de cobertura dos produtores rurais. Em 31 de dezembro de 2010 o total era de 442 (2 no polo ativo e 440 no polo passivo).

A área jurídica do Bacen avalia todas essas ações judiciais levando em consideração o valor em discussão, a fase processual e o risco de perda. O risco de perda é calculado com base em decisões ocorridas no processo, na jurisprudência aplicável e em precedentes para casos similares.

São contabilizadas provisões de 100% do valor em risco (incluindo uma estimativa de honorários de sucumbência) para todas as ações em que o risco de perda seja classificado como provável, ou seja, em que o risco de perda seja avaliado como maior do que 50%. Em 2011 foram contabilizadas provisões para 87 ações (93 em 2010). O quadro a seguir apresenta a movimentação da conta de provisões durante o exercício:

	31.12.2011	31.12.2010
<b>Saldo inicial</b>	<b>52.922</b>	<b>73.591</b>
<b>Movimentação</b>	<b>7.421</b>	<b>(20.669)</b>
Constituição	10.942	5.790
Reversão de Provisões	(2.569)	(25.405)
Transferência para Precatário	(952)	(1.054)
<b>Saldo Final</b>	<b>60.343</b>	<b>52.922</b>

Os valores das ações judiciais são corrigidos pela taxa Selic.

As ações judiciais em que o risco de perda foi considerado menor que provável e maior que remoto foram consideradas como passivos contingentes e assim não foram provisionadas. Em 31 de dezembro de 2011 havia 147 ações nessa situação (160 em 2010), totalizando R\$92.195 (R\$85.947 em 2010).

A redução no saldo de provisões para ações judiciais em 2010 decorre, principalmente, da reversão de provisões, motivada por decisão em processo judicial que considerou devido valor inferior ao originalmente estimado.

O quadro a seguir apresenta o valor das provisões distribuído em função do prazo esperado para a conclusão das ações:

	31.12.2011	31.12.2010	1.1.2010
2010	-	-	62.212
2011	-	6.998	3.012
2012	49.699	40.766	5.376
2013	2.641	322	350
2014	225	415	702
2015	3.253	2.946	484
2016	3.103	404	332
2017	249	47	45
2018	313	147	140
2019	466	608	580
2020	-	-	175
2021	376	246	183
2022	18	23	-
<b>Total</b>	<b>60.343</b>	<b>52.922</b>	<b>73.591</b>

### 8.2. Provisões para valores a pagar relativos a coberturas deferidas pela CER e pendentes de execução pelo Bacen

Referem-se a provisões constituídas em face de despesas à conta do Proagro relativas a decisões adotadas pela CER, que foram questionadas e preliminarmente não acatadas pelo Bacen, cabendo a este, na qualidade de administrador do Proagro, a execução dessas decisões ou, nos casos em que julgar conveniente, a impetração de ação judicial com o objetivo de desconstituí-las.

O valor das provisões é calculado considerando-se o valor apurado na data do julgamento pelo agente do Proagro, atualizado pelos encargos contratuais.

### 8.3. Provisões para valores de coberturas passíveis de deferimento pela CER

Referem-se a provisões constituídas em face de despesas relativas a processos cujas decisões dos agentes do Proagro (instituições financeiras) quanto ao pedido de cobertura foram contestadas pelos beneficiários, por meio de interposição de recurso administrativo à CER. O valor das provisões é calculado considerando-se os índices históricos de deferimento.

Em 31 de dezembro de 2011, o estoque de recursos que se encontrava pendente de julgamento pela CER era de 87 (1.651 em 31 de dezembro de 2010 e 44 em 1º de janeiro de 2010).

## 9 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES

Referem-se à contribuição dos participantes, denominada "adicional do Proagro" (prêmio), correspondente a percentual do valor amparado pelo Proagro, ou seja, da parte financiada e dos recursos próprios do produtor, sendo que a alíquota varia conforme o tipo de lavoura/cultura.

A variação verificada no período decorre do aumento do valor médio das operações enquadradas, em que pese a redução na quantidade de adesões (535.063 em 2011 e 565.656 em 2010).

## 10 - DESPESAS DE BENEFÍCIOS

Referem-se, principalmente, ao pagamento de cobertura das operações vinculadas ao "Proagro Mais", segmento do Programa destinado a atender aos agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

A variação dessas despesas em relação a 2010 tem como fundamento principal a redução da quantidade de coberturas deferidas (16.031 em 2011 e 29.459 em 2010), haja vista a ocorrência de situações climáticas mais favoráveis.

**11 - REMUNERAÇÃO DOS AGENTES**

Referem-se à remuneração a que fazem jus os agentes do Proagro pelos serviços prestados ao Programa (análise de pedidos de cobertura), correspondente a R\$0,1 (cem Reais) por empreendimento analisado, independentemente do deferimento.

**12 - RESULTADO LÍQUIDO COM JUROS**

	2011	2010
<b>Receitas de Juros</b>	<b>34.828</b>	<b>25.335</b>
Compromisso de Revenda	32.774	23.084
Outras	2.054	2.251
<b>Despesas de Juros</b>	<b>(3.955)</b>	<b>(7.366)</b>
Coberturas	(3.618)	(6.998)
Outras	(337)	(368)
<b>Resultado Líquido com Juros</b>	<b>30.873</b>	<b>17.969</b>

A variação do resultado líquido com juros é decorrente, principalmente, do aumento da taxa Selic e do saldo aplicado em operações compromissadas no período (nota 5), associado à redução do saldo médio das coberturas a pagar em 2011, comparativamente a 2010.

**13 - OUTRAS RECEITAS E DESPESAS**

	2011	2010
<b>Outras Receitas</b>	<b>1.382</b>	<b>1.248</b>
<b>Outras Despesas</b>	<b>(9.239)</b>	<b>(6.802)</b>
Taxa de administração	(9.239)	(6.719)
Outras	-	(83)

**14 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS – POR CATEGORIA**

	31.12.2011	31.12.2010	1.1.2010
	Valor Justo	Valor Justo	Valor Justo
<b>Ativos Financeiros</b>	<b>363.224</b>	<b>273.898</b>	<b>370.561</b>
Empréstimos e recebíveis	363.224	273.898	370.561
<b>Passivos Financeiros</b>	<b>40.365</b>	<b>46.584</b>	<b>77.098</b>
Outros Passivos	40.365	46.584	77.098

O valor justo das operações avaliadas pelo custo amortizado não apresenta diferenças significativas em relação ao seu valor contábil, tendo em vista tratar-se de operações à vista ou de curto prazo.

**15 - ADMINISTRAÇÃO DE RISCO**

Tendo em vista suas características e a legislação específica (nota 1), o Proagro investe seus recursos em operações compromissadas com títulos públicos federais, não lhe sendo permitido contrair empréstimos. Além disso, conforme determinado pelo Decreto nº 175, de 1991, sempre que as disponibilidades do Proagro não forem suficientes para cobrir os benefícios por ele amparados, o Governo

Federal efetua repasses visando garantir o equilíbrio econômico do programa. Assim, não existe política de mitigação de risco na administração de seus ativos e passivos.

### 15.1. Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de perda associada à incerteza quanto ao não cumprimento das obrigações por uma contraparte.

Não existe política de mitigação do risco de crédito, uma vez que seus ativos têm como contraparte o próprio Bacen ou o Governo Federal.

### 15.2. Risco de Mercado

Risco de mercado é aquele resultante das oscilações de parâmetros de mercado, tais como taxa de juros e taxas de câmbio.

#### 15.2.1 Risco de Taxa de Juros

É o risco resultante das mudanças nas taxas de juros, que afetam o valor justo dos instrumentos de rendimento prefixado e o fluxo financeiro futuro naqueles de rendimento pós-fixados. O quadro a seguir demonstra a exposição do Proagro às variações de fluxo financeiro, uma vez que ele não possui operações pré-fixadas.

	31.12.2011		31.12.2010		1.1.2010	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Pós-fixado	363.220	40.365	273.897	46.584	370.477	77.098
Sem juros	4	-	1	-	84	-
<b>Total</b>	<b>363.224</b>	<b>40.365</b>	<b>273.898</b>	<b>46.584</b>	<b>370.561</b>	<b>77.098</b>

Cabe destacar que os ativos remunerados com taxas pós-fixadas são reprecificados em até um mês, sendo corrigidos, por exemplo, pela taxa Selic ou pela Taxa Referencial – TR.

Estima-se que um aumento de 1% na taxa de juros aumentaria o resultado de 2011 em R\$227 (R\$164 em 2010).

### 15.3. Risco de Liquidez

O risco de liquidez é aquele que surge da eventual dificuldade de negociação de papéis em um mercado secundário, quando este não pode absorver o volume que se deseja negociar sem que haja significativa alteração de preço.

Não há política de mitigação de riscos de liquidez em função da liquidez diária da maior parte dos ativos e dado que o equilíbrio econômico do programa é garantido por repasses do Governo Federal (nota 16.4).

## 16 - PARTES RELACIONADAS

As seguintes instituições se caracterizam como partes relacionadas do Proagro:

### 16.1. Banco Central do Brasil

O Bacen é classificado como parte relacionada porque é o administrador do Proagro, realizando todas as operações em seu nome uma vez que o programa não possui personalidade jurídica.

O Bacen é ressarcido dos custos incorridos na administração do Proagro por meio de cobrança de uma taxa de administração, que em 2011 foi de R\$9.239 (R\$6.719 em 2010). Essa taxa é calculada pelo Sistema de Custos e Informações Gerenciais, mantido pelo Bacen, e baseia-se nas horas de trabalho consumidas em atividades do Proagro.

**16.2. Fundação Banco Central de Previdência Privada – Centrus**

A Centrus é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, e tem como objetivo complementar os benefícios de aposentadoria e pecúlio assegurados pela previdência social pública dos funcionários do Bacen que se aposentaram até 31 de dezembro de 1990. A Centrus, apesar de não possuir nenhuma transação com o Proagro, é considerada como parte relacionada por se tratar de um fundo de pensão mantido por uma parte relacionada do programa, nesse caso, o Bacen.

**16.3. Fundo de Assistência ao Pessoal – Faspe**

O Faspe é um fundo contábil criado para gerir recursos destinados à manutenção dos benefícios de saúde dos funcionários do Bacen. Foi criado pela Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, que determina que seus recursos serão compostos por dotações orçamentárias do Bacen e contribuição mensal dos participantes, sendo as contribuições do Bacen equivalentes à receita prevista com a contribuição dos participantes. O Faspe, apesar de não possuir nenhuma transação com o Proagro, é considerado como parte relacionada por se tratar de um plano de benefício pós-emprego mantido por uma parte relacionada do programa, nesse caso, o Bacen.

**16.4. Governo Federal**

O Governo Federal foi classificado como parte relacionada do Proagro porque é o responsável pela manutenção do equilíbrio financeiro do programa, por meio de repasses da União, e pela fixação das diretrizes de política agrícola que podem nortear a fixação da alíquota de adicional.

Os repasses da União ao Proagro foram determinados pelo Decreto nº 175, de 1991, e devem ocorrer sempre que as disponibilidades do Programa não forem suficientes para cobrir os benefícios por ele amparados.

De acordo com o disposto na Medida Provisória nº 2.162-72, de 23 de agosto de 2001, o Poder Executivo está autorizado a pagar a diferença entre os valores recolhidos a título de adicional e as importâncias devidas como indenizações e as demais despesas incorridas pelo Proagro a partir da vigência da Lei nº 8.171, de 1991.

Não obstante constar do Orçamento Geral da União para o exercício a verba de R\$307.937 destinada ao Proagro, em 2011 não houve nenhuma liberação de recursos pelo Tesouro Nacional (em 2010 também não houve liberação de recursos).

Adicionalmente, os pagamentos decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, nas quais a União e suas autarquias tenham sido condenadas, vêm sendo efetuados pelos juízos competentes, a quem cabe requisitar autorização orçamentária e financeira (nota 7). No exercício de 2011 foram pagos precatórios no montante de R\$1.380, referentes a ações judiciais nas quais o Proagro foi condenado (R\$1.190 em 2010).

---

**Deoclécio Pereira de Souza**  
Gerente-Executivo da Gerência-Executiva  
de Regulação, Fiscalização e Controle das  
Operações do Crédito Rural e do Proagro

---

**Eduardo de Lima Rocha**  
Chefe do Departamento de  
Contabilidade e Execução Financeira  
Contador - CRC-DF 12.005/0-9



**KPMG Auditores Independentes**  
SBS Quadra 2 - Bloco Q - Lote 3  
Salas 708 a 711 - Ed. João Carlos Saad  
70070-120 Brasília, DF - Brasil  
Caixa Postal 8587  
70312-970 Brasília, DF - Brasil

Central Tel 55 (61) 2104-2400  
Fax 55 (61) 2104-2406  
Internet www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Ao  
Administrador do  
Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - Proagro  
(Administrado pelo Banco Central do Brasil - Bacen)  
Brasília - DF

Examinamos as demonstrações financeiras do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - Proagro, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - Proagro é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis detalhadas na Nota Explicativa nº 3 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - Proagro para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - Proagro.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - Proagro em 31 de dezembro de 2011 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis detalhadas na Nota Explicativa nº 3.

## Ênfase sobre a base de elaboração das demonstrações financeiras

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações, as quais não foram preparadas de acordo com as IFRS ou *framework* conhecido, devendo, portanto ser lidas neste contexto. Consequentemente, essas demonstrações financeiras podem não ser adequadas para outro fim.

## Outros assuntos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 4 às demonstrações financeiras, foram efetuados ajustes contábeis imputáveis a exercícios anteriores, os quais foram refletidos nas demonstrações financeiras de forma retrospectiva. Como consequência, os balanços patrimoniais relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (1º de janeiro de 2010) e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foram reformuladas para efeito de comparação. Essas demonstrações financeiras reformuladas diferem daquelas anteriormente aprovadas pelo Administrador do Proagro.

Os relatórios de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Proagro, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, datados de 29 de março de 2011 e 25 de março de 2010, respectivamente, contém ressalvas em relação aos seguintes assuntos: (a) despesas não contabilizadas referentes a decisões adotadas pela Comissão Especial de Recursos (CER), que foram questionadas e preliminarmente não acatadas pela Administração; (b) ausência do registro de receitas de adicional a devolver (contribuição do participante), e (c) despesas não reconhecidas referentes aos processos cujas decisões dos agentes do Proagro, quanto ao pedido de cobertura, foram contestados pelos beneficiários, por meio de interposição de recurso à CER. Em decorrência dos ajustes contábeis efetuados e das consequentes reapresentações das demonstrações financeiras, conforme parágrafo anterior, os assuntos anteriormente reportados em nossos relatórios de auditoria foram regularizados.

Brasília, 11 de abril de 2012

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-DF



Julbran Pereira Pinto Coelho  
Contador CRC MG-077045/O-0 S-DF

**RESERVA PARA O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO BANCO CENTRAL - REDI-BC**  
**BALANÇO PATRIMONIAL - EM 31.12.2011**  
**Em milhares de Reais**

fl. 1

A T I V O				P A S S I V O			
	Notas	31.12.2011	31.12.2010		Notas	31.12.2011	31.12.2010
<b>ATIVO</b>		<b>1.123.116</b>	<b>1.109.947</b>	<b>PASSIVO</b>		<b>122</b>	<b>172</b>
Disponibilidades		52	11	Credores Diversos		122	172
Depósitos a Prazo em Moedas Estrangeiras	4	-	8.426	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	7	<b>1.122.994</b>	<b>1.109.775</b>
Compromisso de Revenda	5	1.121.695	1.100.340	Resultados Acumulados		1.122.994	1.109.775
Títulos Públicos Federais		584	882				
Créditos com o Governo Federal		248	288				
Créditos a Receber		42	-				
Bens Móveis a Receber	6	495	-				
<b>TOTAL</b>		<b>1.123.116</b>	<b>1.109.947</b>	<b>TOTAL</b>		<b>1.123.116</b>	<b>1.109.947</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIO DE 2011**  
**Em milhares de Reais**

	Notas	2011	2010
Despesas com Projetos	8	(103.776)	(75.096)
Receitas de Juros		117.709	97.728
Despesas de Juros		(1)	-
(=) Resultado Líquido com Juros	9	117.708	97.728
Ganhos (Perdas) com Moedas Estrangeiras		194	(550)
Outras Receitas		962	-
Outras Despesas	13.1	(1.869)	(1.637)
<b>RESULTADO NO PERÍODO</b>	<b>10</b>	<b>13.219</b>	<b>20.445</b>

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIO DE 2011**  
**Em milhares de Reais**

	RESULTADOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>1.109.775</b>	<b>1.109.775</b>
Resultado do exercício	13.219	13.219
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>1.122.994</b>	<b>1.122.994</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>1.089.330</b>	<b>1.089.330</b>
Resultado do exercício	20.445	20.445
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>1.109.775</b>	<b>1.109.775</b>

(As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras)

**RESERVA PARA O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO BANCO CENTRAL - REDI-BC**  
**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA – EXERCÍCIO DE 2011**  
**Em milhares de Reais**

fl. 2

	2011	2010
<b><u>Fluxo de Caixa Líquido de Atividades Operacionais</u></b>	<b><u>41</u></b>	<b><u>(5)</u></b>
(Aplicação) resgate de operações compromissadas	96.240	85.244
(Aplicação) resgate de operações com títulos	374	336
(Pagamentos) recebimentos do Governo Federal	76	54
Resgate (constituição) de depósitos a prazo	-	(8.976)
Pagamento de taxa de administração do Bacen	(1.869)	(1.637)
Pagamento de despesas de projetos	(94.780)	(75.026)
<b><u>Fluxo de Caixa Líquido</u></b>	<b><u>41</u></b>	<b><u>(5)</u></b>
Varição em caixa e equivalentes de caixa	41	(5)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	11	16
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	52	11

(As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras)

## 1 - A REDI- BC E SUAS ATRIBUIÇÕES

Ao ser regulamentada pela Resolução CMN nº 3.074, de 24 de abril de 2003, e pelo Voto BCB nº 234, de 20 de agosto de 2003, a Reserva para o Desenvolvimento Institucional do Banco Central – Redi-BC incorporou o patrimônio da extinta Reserva para a Promoção da Estabilidade da Moeda e do Uso do Cheque – Recheque e tem o seu objetivo definido na forma do art. 1º do Regulamento anexo à Portaria nº 37.687, de 18 de dezembro de 2006, conforme a seguir:

*“Art. 1º Os recursos da Redi-BC destinam-se ao custeio da execução de projetos relevantes e essenciais voltados para o funcionamento e desenvolvimento institucional e que visem à implementação das estratégias definidas no âmbito do planejamento estratégico.”*

O Banco Central do Brasil – Bacen é o administrador dessa Reserva, realizando todas as operações em seu nome em razão de a Redi-BC não possuir personalidade jurídica, sendo o Departamento de Planejamento, Orçamento e Gestão do Banco Central – Depog responsável pela sua gestão. O Bacen é ressarcido dos custos incorridos por meio da cobrança de uma taxa de administração calculada pelo Sistema de Custos e Informações Gerenciais mantido pelo Bacen.

A Redi-BC está sediada em Brasília – Distrito Federal, no Setor Bancário Sul, quadra 3, bloco B, no edifício sede do Bacen.

A Redi-BC está sujeita à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e às demais normas que regulam os atos de administração pública.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 28 de março de 2012 e encontram-se publicadas no sítio do Bacen na internet ([www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)).

## 2 - APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Redi-BC para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Informações Financeiras – IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A aplicação obrigatória da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que estava prevista para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2013, foi prorrogada pelo *IASB* para 1º de janeiro de 2015, de forma a manter para todas as fases do projeto a mesma data efetiva de obrigatoriedade. Essa norma não foi aplicada antecipadamente, tendo em vista que:

- a) a substituição da Norma Internacional de Contabilidade – IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração deverá ser efetuada pelo *IASB* em três fases: i) classificação e mensuração; ii) *impairment*; e iii) contabilidade de *hedge*;
- b) dessas fases, apenas a primeira foi concluída; e
- c) a revisão parcial da contabilização de instrumentos financeiros poderia trazer distorções às demonstrações financeiras da Redi-BC.

Em função dos aspectos anteriormente elencados e, também, de que instrumentos financeiros compõem a quase totalidade de ativos e passivos da Redi-BC, não é possível efetuar uma previsão da data da adoção antecipada dessa norma e, tampouco, estimar seus possíveis efeitos sobre as demonstrações financeiras.

As seguintes normas e alterações de normas já emitidas, mas que ainda não estão em vigor, não foram aplicadas antecipadamente e não se esperam efeitos sobre as demonstrações financeiras da Redi-BC:

- a) Modificações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, com aplicação obrigatória para períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2012;
- b) IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo, com aplicação obrigatória para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013;

- c) Modificações à IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, com aplicação obrigatória para períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011.

### 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A seguir, é apresentado um resumo das principais práticas contábeis utilizadas pela Redi-BC, que foram consistentemente aplicadas às informações financeiras comparativas.

#### 3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado semestralmente em conformidade com o regime de competência e incorporado ao patrimônio líquido (nota 10). No contexto do objetivo da Redi-BC, os desembolsos com projetos são contabilizados como despesas.

A IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras prevê, a partir de janeiro de 2009, a apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA do período. O objetivo da DRA é evidenciar o lucro econômico de uma entidade, demonstrando os ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

A Redi-BC adotou a política contábil de apresentar a DRA segregada da Demonstração de Resultado do Exercício – DRE em suas demonstrações financeiras. No entanto, considerando a inexistência de itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido no exercício de 2011, que requeressem a sua divulgação na DRA, essas demonstrações financeiras não contemplam o referido demonstrativo.

#### 3.2. Reconhecimento de receitas e despesas

##### 3.2.1. Despesas com projetos

As despesas da Redi-BC com projetos são reconhecidas no momento em que é realizada a conformidade ao recebimento do material ou à prestação do serviço. Os bens móveis adquiridos em projetos da Redi-BC são registrados em conta patrimonial, sendo reconhecida a despesa do projeto quando da doação ao Bacen.

##### 3.2.2. Receitas e despesas de juros

As receitas e despesas de juros são reconhecidas utilizando-se a taxa de juros efetiva, a qual desconta exatamente o fluxo futuro de recebimentos e pagamentos de um ativo ou passivo financeiro para seu valor líquido contábil, em função de seus prazos contratuais. Esse cálculo considera todos os valores relevantes pagos ou recebidos entre as partes, tais como taxas, comissões, descontos e prêmios.

As receitas e despesas de juros apresentadas na demonstração de resultado incluem as receitas e despesas de juros de todos os ativos e passivos financeiros da Redi-BC não classificados na categoria Valor Justo a Resultado.

#### 3.3. Operações em moedas estrangeiras

A moeda funcional e de apresentação destas demonstrações financeiras é o Real, que representa a moeda do principal ambiente econômico de atuação da Redi-BC. Operações em moedas estrangeiras são convertidas para Reais pela taxa vigente na data das operações. Mensalmente, os ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são convertidos pelas taxas de câmbio do final do mês e os ganhos e perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

As taxas de câmbio utilizadas são aquelas livremente fixadas pelos agentes e divulgadas pelo Bacen. A partir de 1º de julho de 2011 houve alteração na metodologia de apuração das taxas de câmbio, as quais passaram a ser apuradas com base na média das cotações de transação no mercado interbancário à vista efetivamente fornecida por instituições credenciadas para realizar operações de compra e venda de moeda estrangeira com o Bacen (*dealers*), excluídas as duas maiores e as duas menores cotações. As cotações são fornecidas pelas instituições mediante quatro consultas aleatórias efetuadas pelo Bacen ao longo do dia e são validadas contra parâmetros objetivos de mercado.

As operações em moeda estrangeira eram representadas por cartas de crédito em euro (nota 4), as quais foram liquidadas em 2011.

### **3.4. Ativos e passivos financeiros**

#### **3.4.1. Reconhecimento**

Os ativos e passivos financeiros são registrados pelo valor justo no momento da contratação, ou seja, na data em que a Redi-BC se compromete a efetuar a compra ou a venda, sendo que, para aqueles não classificados na categoria Valor Justo a Resultado, esse valor inclui todos os custos incorridos na operação.

A Redi-BC realiza operações em que não recebe nem transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de ativos financeiros negociados, como nos compromissos de revenda. Nessa situação, os ativos negociados não são reconhecidos na contabilidade e os montantes aplicados são registrados no balanço patrimonial pelos valores adiantados.

#### **3.4.2. Baixa**

Ativos financeiros são baixados quando:

- a) os direitos de receber seus fluxos de caixa expiram, em virtude de liquidação financeira, inexistência de perspectiva de realização ou perda do direito de realização; ou
- b) a Redi-BC transfere os direitos de receber os fluxos de caixa, transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. Não sendo possível determinar se houve retenção ou transferência substancial de todos os riscos e benefícios da propriedade, os ativos financeiros são baixados caso não haja retenção de controle sobre o ativo financeiro transferido.

Passivos financeiros são baixados quando as obrigações são quitadas, canceladas ou expiram.

#### **3.4.3. Registro de ativos e passivos pelo saldo líquido**

Ativos e passivos financeiros são registrados pelo valor líquido quando existe a previsão legal e a intenção de que os pagamentos e recebimentos decorrentes sejam efetuados pelo saldo líquido.

#### **3.4.4. Classificação dos instrumentos financeiros**

Na data da contratação, os ativos financeiros são classificados em uma das seguintes categorias: Valor Justo a Resultado, Mantidos até o Vencimento, Empréstimos e Recebíveis ou Disponíveis para Venda. Após o registro inicial, os ativos são avaliados de acordo com a classificação efetuada:

##### **a) Valor justo a resultado**

Um instrumento financeiro é classificado na categoria Valor Justo a Resultado, com ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo reconhecidos no resultado, em ocorrendo uma das seguintes situações:

- se existir a intenção de negociação no curto prazo;
- se for um instrumento derivativo;
- por decisão da Administração, quando essa classificação apresentar informações mais relevantes e desde que esses ativos façam parte de uma carteira que seja avaliada e gerenciada com base no valor justo;

##### **b) Mantidos até o vencimento**

Compreende os ativos financeiros não derivativos para os quais a entidade tenha a intenção e a capacidade de manter até o vencimento. Esses ativos são avaliados pelo custo amortizado, sendo os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, reconhecidos no resultado pelo regime de competência;

**c) Empréstimos e recebíveis**

Inclui os ativos financeiros não derivativos com amortizações fixas ou determináveis e que não são cotados em mercado. Esses ativos são avaliados pelo custo amortizado, sendo os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, reconhecidos no resultado pelo regime de competência;

**d) Disponíveis para venda**

Esta categoria registra os ativos financeiros não derivativos não classificados nas demais categorias, uma vez que a Administração não possui expectativa determinada de venda. Esses ativos são avaliados pelo valor justo e têm seus ganhos e perdas levados ao patrimônio líquido, sendo reconhecidos no resultado no momento da sua efetiva realização. Entretanto, os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

**3.4.5. Metodologia de avaliação**

O valor justo é o valor de mercado divulgado pelas principais centrais de custódia ou provedores de informações econômicas. Para os instrumentos sem mercado ativo, o valor justo é calculado com base em modelos de precificação que incluem o valor das últimas negociações ocorridas, o fluxo de caixa descontado e o valor justo de instrumentos financeiros semelhantes. Os modelos utilizados são avaliados por um comitê multidepartamental, a quem cabe sugerir novas metodologias ou aprimoramentos.

O custo amortizado é o valor na data de reconhecimento, acrescido dos juros contratuais utilizando-se a taxa efetiva de juros, e descontados os valores de eventuais amortizações e de reduções por perda de valor.

O quadro a seguir apresenta um resumo dos instrumentos financeiros e suas classificações:

<b><u>Ativo</u></b>	<b><u>Categoria</u></b>	<b><u>Metodologia de Avaliação</u></b>
Disponibilidades	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado
Depósitos a Prazo em Moedas Estrangeiras	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado
Compromisso de Revenda	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado
Títulos Públicos Federais	Mantidos até o Vencimento	Custo Amortizado
Créditos com o Governo Federal	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado
Créditos a Receber	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado
<b><u>Passivo</u></b>	<b><u>Categoria</u></b>	<b><u>Metodologia de Avaliação</u></b>
Credores Diversos	Outros Passivos	Custo Amortizado

**3.4.6. Provisão para perda de ativos financeiros**

A Redi-BC efetua, no mínimo semestralmente, uma avaliação para verificar se existem evidências de perdas de valor de seus ativos financeiros.

Somente são consideradas evidências objetivas de perda os fatos ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo que tenham impacto no fluxo estimado de recebimentos e desde que esse impacto possa ser estimado com confiança. São considerados, por exemplo, os seguintes eventos:

- dificuldades financeiras do devedor;
- o não pagamento de parcelas da obrigação, do principal ou de juros;
- renegociação ou abatimento;
- liquidação extrajudicial, falência e reorganização financeira;
- desaparecimento de mercado ativo, em função de dificuldades financeiras do emissor.

Se existirem evidências objetivas de perda nos ativos avaliados pelo custo amortizado, o valor da perda é calculado pela diferença entre o valor do ativo na data da avaliação e o valor que se espera

receber ajustado a valor presente pelas taxas contratuais, sendo o valor do ativo ajustado com o uso de uma conta de provisão e o valor da perda reconhecido no resultado.

Provisões para perda de ativos financeiros são avaliadas individualmente por um comitê multidepartamental, a quem cabe verificar a propriedade dos valores e metodologias utilizadas.

Para os ativos classificados na categoria Disponíveis para Venda, havendo evidências objetivas de perda permanente, a perda acumulada reconhecida no patrimônio líquido deve ser transferida para a demonstração de resultado, mesmo não havendo a realização do ativo.

Quando um ativo é considerado não recebível, seu valor é baixado contra a conta de provisão. Eventuais recebimentos posteriores de ativos baixados são reconhecidos como receita.

Se, em períodos subsequentes, ocorrer alteração nas condições de recebimento do ativo, e essa alteração ocasionar reversão de provisão anteriormente reconhecida, o valor da reversão é reconhecido como receita, com exceção das participações societárias, para as quais a provisão para perda não pode ser revertida.

### **3.5. Imunidade tributária**

De acordo com o previsto na Constituição Federal brasileira, a Redi-BC possui imunidade quanto à cobrança de impostos sobre seu patrimônio e sobre as rendas e serviços relacionados às suas atividades. Entretanto, está obrigada a efetuar retenções de tributos referentes aos pagamentos de serviços prestados por terceiros.

### **3.6. Demonstração de Fluxo de Caixa**

Para fins da Demonstração de Fluxo de Caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem apenas as disponibilidades.

## **4 - DEPÓSITOS A PRAZO EM MOEDAS ESTRANGEIRAS**

Referem-se a depósitos a prazo mantidos pela Redi-BC em instituições financeiras no exterior destinados ao pagamento, mediante carta de crédito, de despesas com projetos em moedas estrangeiras.

A variação no saldo de depósitos a prazo em moedas estrangeiras decorre da liquidação das cartas de créditos em 2011.

## **5 - COMPROMISSO DE REVENDA**

São operações em que ocorre uma compra à vista concomitante à assunção do compromisso de revenda em data futura de títulos públicos federais. Nessas operações a contraparte é sempre o Bacen e, tendo em vista suas características, os bens negociados são contabilizados como garantias.

As garantias das operações compromissadas são sempre constituídas em títulos públicos federais custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, os quais são avaliados a preços inferiores àqueles observados no mercado secundário com objetivo de proteger o credor dos recursos das variações nas taxas de mercado (preços). Uma vez que o valor das garantias é estabelecido no momento da contratação da operação, não havendo a previsão de ajuste durante sua vigência, o credor dos recursos assume o risco da variação de preços de mercado das garantias, quando estes caem abaixo daqueles estabelecidos quando da contratação da operação.

Essas operações são remuneradas por 95,5% da taxa Selic e sua contratação considera o prazo de vencimento dos títulos recebidos em garantia, cabendo destacar, no entanto, a possibilidade de resgate antecipado de recursos para fazer frente às necessidades de caixa da Redi-BC. São constituídas sem cláusula de “livre movimentação”, ou seja, a venda definitiva dos títulos recebidos em garantia não é permitida durante a vigência da operação.

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Compromisso de Revenda sem livre movimentação	1.121.695	1.100.340
Garantias	1.127.670	1.109.084

A variação no saldo da rubrica compromisso de revenda deve-se à incorporação de juros (nota 9), compensada em parte pelo resgate de recursos para fazer frente às despesas com projetos no período.

## 6 - BENS MÓVEIS A RECEBER

Referem-se a bens adquiridos no âmbito do projeto “Modernização da destruição de numerário do Bacen” (nota 8.3) e ainda não recebidos.

## 7 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A rubrica resultados acumulados inclui todos os resultados acumulados pela Redi-BC desde a criação da Recheque (nota 1), uma vez que não existe distribuição dos resultados acumulados.

## 8 - DESPESAS COM PROJETOS

Os projetos conduzidos com recursos da Redi-BC estão classificados de acordo com a etapa em que se encontram:

- a) Projetos em elaboração – são aqueles que já se encontram aprovados pela Diretoria Colegiada e estão em fase de detalhamento das ações que irão compor o plano do projeto;
- b) Projetos em execução – projetos que iniciaram efetivamente a realização das ações previstas no plano do projeto;
- c) Projetos concluídos – todas as etapas previstas foram realizadas, conforme apontado no plano do projeto, o relatório final foi elaborado e a reunião de encerramento efetuada, não havendo mais desembolso de recursos, exceto daqueles referentes ao pagamento de ações realizadas dentro do prazo de execução das atividades, mas que ainda necessitam quitação;
- d) Projetos cancelados – que tiveram sua execução cancelada por solicitação da unidade interessada, pelo Depog ou pelo coordenador do Comitê de Projetos Corporativos – CPC nos casos previstos no Regulamento. Todas as propostas de cancelamento devem ser encaminhadas à consideração da Diretoria Colegiada.

Os quadros a seguir apresentam um detalhamento do comportamento dessas despesas, tomando-se por base a etapa em que os projetos se encontravam em 31 de dezembro de 2011:

### 8.1. Despesas com projetos – agregado

Projetos	Orçamento Previsto	Realização		
		até 31.12.2010	em 2011	até 31.12.2011
Em Elaboração	901	-	-	-
Em Execução	487.113	97.252	102.851	200.103
Concluídos	100.302	82.136	925	83.061
Cancelados	1.725	-	-	-
<b>Total</b>	<b>590.041</b>	<b>179.388</b>	<b>103.776</b>	<b>283.164</b>

## 8.2. Projetos em elaboração

Projetos em Elaboração	Orçamento Previsto	Realização		
		até		até
		31.12.2010	em 2011	31.12.2011
- Modernização da Auditoria Interna	317	-	-	-
- Implantação de piloto do sistema interativo de Psicologia Econômica no Museu de Valores	240	-	-	-
- <i>Media Training</i> para Porta-Vozes do Banco Central do Brasil	344	-	-	-
<b>Total - Projetos em Elaboração</b>	<b>901</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Sobre os projetos em elaboração, cabe ressaltar que o coordenador do CPC pode autorizar, excepcionalmente, desembolso de recursos para a finalização do plano do projeto, se para tanto for necessária a realização de despesas com viagens das equipes.

## 8.3. Projetos em execução

Projetos em Execução	Orçamento Previsto	Realização		
		até		até
		31.12.2010	em 2011	31.12.2011
- Alinhamento do perfil de liderança no Bacen	4.834	-	4	4
- Aperfeiçoamento da execução da política cambial	316	96	75	171
- Aperfeiçoamento do Monitoramento das Operações das Reservas Internacionais	381	25	13	38
- Aprimoramento da Gestão de Segurança	4.011	-	104	104
- Aprimoramento da Inteligência	122	-	20	20
- Aprimoramento do Marco Regulatório do Mercado de Câmbio e de Capitais Internacionais	350	82	66	148
- Avaliação da carteira ótima do Banco Central nas operações de mercado aberto	158	26	109	135
- Consolidação e Elevação do Grau de Maturidade em Gerenciamento de Projetos do Bacen	2.828	-	611	611
- Construção de indicadores de estabilidade financeira	423	339	43	382
- Desenvolvimento de Solução Integrada para Abordagem de Gestão de Ativos com Base em Gerenciamento de Riscos	2.983	35	58	93
- Diagnóstico do Funcionamento da Gerência de Custódia, Liquidação e Linha de Crédito nas Operações com Títulos	340	55	39	94
- Digitalização de documentos dos arquivos do Bacen	12.101	-	499	499
- Elevação da Maturidade do Bacen em Gerenciamento de Projetos por Meio da Implementação dos Planos da Ação Produzidos	7.931	6.596	480	7.076
- Equipamentos de Segurança	6.836	3.009	571	3.580
- Estudo de Modelos de Taxas de Juros, Inseridos em Ambientes Macroeconômicos, Utilizando Argumentos de Não Arbitragem e Equilíbrio	206	26	96	122
- Fatores financeiros em modelos macroeconômicos e políticas fiscal e monetária	594	-	15	15
- Gestão da Cultura e do Clima Organizacional	1.548	-	63	63
- Gestão Estratégica de Serviços Jurídicos Corporativos - Ações Prospectiva e Executiva	1.879	365	384	749
- Gestão Estratégica do Bacen	11.517	7.559	2.989	10.548
- Harmonização de estatísticas macroeconômicas no âmbito do Mercosul	295	132	83	215
- Implementação de Basiléia II - Fases 2,3 e 4	10.991	1.654	1.109	2.763
- Inclusão Financeira - Mapeamento e Regulação	1.992	-	244	244
- Mensuração e Regulação de Risco em Períodos de Crise	222	8	35	43
- Modelos de Projeção	738	202	63	265
- Modelos de Projeção e Sistema para Simulação do Mercado de Crédito Brasileiro	2.370	4	40	44
- Modernização da destruição de numerário no Bacen	11.266	226	9.716	9.942
- Modernização da infraestrutura dos edifícios funcionais do Bacen	225.438	20.845	33.115	53.960
- Modernização do Sistema Câmbio	4.197	207	560	767
- Modernização do Sistema de Vigilância Eletrônica do Bacen	13.409	2.450	3.903	6.353
- Monitoramento da Estabilidade do Sistema Financeiro	779	443	134	577
- Normas de Segurança	25	-	-	-
- Novos Sistemas para Gestão de Riscos e Monitoramento do STR	1.024	-	20	20
- Operacionalização do Empréstimo de Última Instância pelo Banco Central	343	101	67	168
- PDTI 2009/2001: Atualização dos Serviços de Redes de Computadores do Bacen	19.208	12.697	3.093	15.790
- PDTI 2009/2011: Aprimoramento do Sistema de Segurança em Tecnologia da Informação no Banco Central do Brasil	3.547	2.587	44	2.631
- PDTI 2009/2011: Aprimoramento dos Instrumentos de Gestão de Tecnologia da Informação	3.778	2.272	111	2.383
- PDTI 2009/2011: Atualização da infraestrutura para automação de escritórios (micros, notebooks, aplicativos)	11.968	6.047	5.921	11.968

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

fl. 10

- PDTI 2009/2011: Atualização da Intranet, Internet e Extranet do Banco Central do Brasil	2.811	2.491	311	2.802
- PDTI 2009/2011: Atualização das soluções de <i>hardware</i>	34.841	8.888	17.722	26.610
- PDTI 2009/2011: Atualização do ambiente de desenvolvimento de soluções de TI	1.754	681	294	975
- PDTI 2009/2011: Atualização e monitoramento das soluções de <i>software</i>	4.033	550	3.483	4.033
- PDTI 2009/2011: Capacitação dos servidores do Banco Central nas novas tecnologias	1.225	413	291	704
- PDTI 2009/2011: Consolidação do ambiente de inteligência de negócios para o Banco Central do Brasil	1.056	896	-	896
- PDTI 2009/2011: Estruturação e divulgação de carteira de soluções de TI para a organização	212	98	18	116
- PDTI 2009/2011: Migração do legado para a plataforma distribuída	7.429	881	2.173	3.054
- PDTI 2009/2011: Provimento de outras soluções de TI para as Unidades de negócio do Bacen	5.412	641	2.450	3.091
- PDTI 2009/2011: Implementação de Tecnologia ECM e BPM	8.090	4.704	2.515	7.219
- Pós-graduação - Especializações e Mestrados profissionais	1.825	984	346	1.330
- Programa de Segurança Institucional	61	-	4	4
- Projeto Convergência - Redução de Assimetrias	574	86	120	206
- Projeto Prevenção da Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento ao Terrorismo	1.205	91	71	162
- Reclassificação do acervo de arte do Banco Central do Brasil	1.153	-	43	43
- Recuperação de créditos do Bacen inscritos em dívida ativa ou em depósitos judiciais (precatórios e ações rescisórias)	4.875	1.901	1.189	3.090
- Redução de riscos do CCR	1.534	1.226	135	1.361
- Responsabilidade Soicoambiental do Sistema	430	-	76	76
- Saneamento do Universo Fiscalizável pelo Banco Central do Brasil	824	121	121	242
- Seminários de Metas e Economia Bancária	659	-	409	409
- Sistema de Controle de Acesso	10.858	30	1.249	1.279
- Sistema de Gerenciamento de Riscos de Segurança	432	60	14	74
- Sistema de Informações de Crédito do Banco Central - SCR - Funcionalidades essenciais pendentes	3.049	580	341	921
- Sistema Integrado de Gerenciamento da Ação de Supervisão	770	79	46	125
- Sistema Integrado de Gestão de Registros Jurídicos e Controles Financeiros	6.615	112	477	589
- Sistema Legal Coercitivo Punitivo - SLC	272	-	45	45
- Sistemática de Trabalho Integrado	554	-	29	29
- Sondagem de Tendências do Setor de Serviços no Brasil	2.945	916	589	1.505
- Sondagem do Setor de Comércio	411	-	333	333
- Sondagem do Setor de Construção Civil	352	-	276	276
- Sondagem sobre Formação de Preços	768	-	296	296
- Transporte Seguro de Numerário	73	-	4	4
- Tratamento e disponibilização dos acervos histórico e numismático do Bacen	8.322	2.470	2.850	5.320
- V Seminário sobre Riscos, Estabilidade Financeira e Economia Bancária	312	265	1	266
- Vigilância	327	-	40	40
- VII Reunião de Assessores de Política Monetária de Bancos Centrais	102	-	35	35
- Devolução de diárias e passagens	-	-	(42)	(42)
<b>Total - Projetos em Execução</b>	<b>487.113</b>	<b>97.252</b>	<b>102.851</b>	<b>200.103</b>

A não realização de despesas no exercício em alguns projetos nessa fase decorre do cancelamento de ações inicialmente previstas ou porque as ações praticadas nesse período não envolveram desembolso de recursos financeiros.

Em relação aos projetos em execução, a seguir são destacados alguns aspectos referentes aos projetos mais relevantes em termos de valores orçados:

- “Digitalização de documentos dos arquivos do Bacen” visa agilizar e facilitar o acesso a documentos dos arquivos do Bacen cuja consulta é necessária para atendimento de disposições legais, regulamentares e judiciais e garantir a homogeneidade dos padrões de digitalização e de tratamento arquivístico dos documentos;
- “Elevação da Maturidade do Bacen em Gerenciamento de Projetos por Meio da Implementação dos Planos da Ação Produzidos” visa melhorar os processos de gerenciamento de projetos e a implantação de *software* específico;
- “Equipamentos de Segurança” visa modernizar os equipamentos do Bacen, para garantir a segurança das pessoas, do patrimônio, dos valores e das informações;

- d) “Gestão Estratégica do Bacen” visa: (i) aperfeiçoar o processo de planejamento da instituição; (ii) implantar modelo de gestão estratégica, com foco em resultados; (iii) mapear, documentar, analisar e redesenhar processos de trabalho do Bacen considerados prioritários, implantar método para atualização dos processos de trabalho e para monitoramento e análise dos indicadores de resultados dos processos; (iv) avaliar a estrutura organizacional atual do Bacen e indicar possíveis ajustes; e (v) capacitar servidores e manualizar toda a metodologia aplicada no Projeto;
- e) “Implementação de Basiléia II – Fases 2, 3 e 4” visa dar continuidade às ações iniciadas com os projetos estratégicos “Basiléia II Fase 1” e “Basiléia II Não-Bancário”, com o objetivo de implementar a nova estrutura de capital, de acordo com as recomendações do Acordo de Basiléia (Basiléia II), em linha com as melhores práticas adotadas internacionalmente, que envolve a mensuração e respectiva metodologia para cálculo da exigência de capital para cobertura do risco de crédito, do risco operacional e do risco de mercado;
- f) “Modernização da destruição de numerário no Bacen” visa melhoria da segurança e precisão na contagem de numerário, reduzindo seu custo operacional e elevando sua produtividade;
- g) “Modernização da infraestrutura dos edifícios funcionais do Bacen” tem como objetivo a modernização e revitalização dos edifícios funcionais do Bacen, com vistas à melhoria da segurança e da qualidade de vida dos servidores e prestadores de serviços, bem como a sustentabilidade, como redução dos gastos de manutenção, melhoria da acessibilidade e da disponibilização das instalações que mantêm em funcionamento o Sistema Financeiro Nacional;
- h) “Modernização do Sistema de Vigilância Eletrônica do Bacen” visa aumentar a segurança nas instalações do Bacen, possibilitando à integração de suas representações regionais com o monitoramento a partir de Brasília e futura integração aos sistemas de controle de acesso e outros periféricos;
- i) Os projetos no âmbito do PDTI 2009/2011 são destinados ao aprimoramento da atuação do Bacen na área de tecnologia da informação, sendo os mais relevantes:
- “Atualização dos Serviços de Redes de Computadores do Bacen” visa atualizar a infraestrutura de rede, agregando novos serviços, provendo maior velocidade na transmissão de dados e maior disponibilidade e confiabilidade para as redes;
  - “Atualização da infraestrutura para automação de escritórios (micros, *notebooks*, aplicativos)” visa renovar os recursos tecnológicos destinados a atividade individual, atualizando-se também o *software* de base e os aplicativos;
  - “Atualização das soluções de *hardware*” visa atualizar e consolidar a tecnologia de armazenamento de dados e de servidores de aplicação, por meio de aquisição de produtos e capacitação de servidores;
  - “Migração do legado para a plataforma distribuída” visa reduzir custos de manutenção provenientes da dependência de fornecedores específicos e eliminar restrições de usabilidade para os clientes, permitindo a adoção de novas tecnologias e a portabilidade dos programas, preservando as funcionalidades existentes nos sistemas originais;
  - “Provimento de outras soluções de TI para as Unidades de negócio do Bacen” visa prover as Unidades do Bacen de instrumentos adequados de Tecnologia da Informação que concorram para o cumprimento de suas missões institucionais;
  - “Implementação de Tecnologia ECM e BPM” visa dotar o Bacen de um conjunto de ferramentas e procedimentos para a automação e otimização de seus processos de negócio, com base em tecnologias apropriadas para modelagem, simulação, automatização e monitoramento de processos, integradas com tecnologias para captura, guarda, controle, tramitação e recuperação de documentos produzidos e recebidos;
- j) “Sistema de Controle de Acesso” visa a implantação de um novo sistema de controle de acessos nos edifícios do Bacen, para aumento da eficácia do sistema de segurança;

- k) “Sistema Integrado de Gestão de Registros Jurídicos e Controles Financeiros” visa desenvolver sistema integrado de gestão dos registros jurídico-financeiros da Procuradoria-Geral do Banco Central, relacionados às ações judiciais, à dívida ativa e aos precatórios do Bacen, aprimorando a organização e a estrutura de governança corporativa da Autarquia, pela transparência, eficiência e eficácia de seus instrumentos de controle financeiro interno;
- l) “Tratamento e disponibilização dos acervos histórico e numismático do Bacen” objetiva dar visibilidade aos acervos numismático e de documentos históricos sob guarda do Bacen e garantir sua preservação.

O valor de R\$42 a título de devolução de diárias e passagens refere-se a viagens contratadas, mas não realizadas em 2011, cuja devolução gerou o reconhecimento de um crédito a receber.

#### 8.4. Projetos concluídos

Projetos Concluídos	Orçamento Previsto	Realização		
		até 31.12.2010	em 2011	até 31.12.2011
- II <i>FX Roundtable</i> - 2º Encontro de Bancos Centrais sobre Câmbio	44	-	16	16
- Alinhamento concentrado de competência em domínio de idiomas	4.650	4.134	(3)	4.131
- Aperfeiçoamento da ação da auditoria interna do Bacen	2.549	111	-	111
- Aprimoramento do Arcabouço Regulatório do Crédito Imobiliário	689	508	3	511
- Avaliação ( <i>Assessment</i> ) do processos de supervisão do Sistema Financeiro Nacional realizado pelo Bacen	440	241	-	241
- Diesp - Estudos sobre modelos estruturais dinâmicos de equilíbrio geral estocástico para avaliação de políticas	500	322	47	369
- Encontro de Bancos Centrais sobre Comunicação	88	-	37	37
- Financiamento de estudos de interesse do Banco Central relativos à implantação do <i>Latin American Bond Fund - LABF</i>	400	298	(103)	195
- Gepad - Atualização	479	317	9	326
- Gerenciamento do processo de produção de votos e recuperação instantânea de votos, atas e estudos correlatos	847	64	-	64
- Leis de Bancos Centrais	76	58	-	58
- Livro comemorativo dos 10 anos de implantação do regime de metas para inflação no Brasil	200	-	96	96
- Modernização da Educação a Distância no Bacen - Fase 1: Modelagem	559	76	181	257
- Modernização do STR - redução de riscos e aumento de eficiência, com democratização do acesso à moeda de banco central.	25.296	18.347	86	18.433
- Pontos críticos da fase de instauração dos processos administrativos punitivos e das comunicações a outros órgãos	986	795	-	795
- Programa de revitalização e organização da tecnologia de informação	43.000	42.755	-	42.755
- Projeto Inclusão Financeira I - Diagnóstico e articulação	1.082	508	276	784
- Realinhamento da Cultura Organizacional e do Estilo Gerencial	4.724	4.490	(1)	4.489
- Recuperação de normativos com referências cruzadas	585	85	-	85
- SAR - Sistema de Administração das Reservas	10.637	8.963	-	8.963
- Seminário do G-20 – Desafios da Política Econômico-Financeira para os países emergentes.	326	-	265	265
- Sistema de Acesso aos Processos Administrativos Punitivos	209	-	-	-
- Sistema de Cadastro e de Autorizações do Banco Central - Fase Diagnóstico e Modelagem	1.936	64	16	80
<b>Total - Projetos Concluídos</b>	<b>100.302</b>	<b>82.136</b>	<b>925</b>	<b>83.061</b>

O crédito em 2011, relativo ao projeto “Financiamento de estudos de interesse do Banco Central relativos à implantação do *Latin American Bond Fund – LABF*”, refere-se a transferências de recursos ao Banco de Compensações Internacionais – BIS para pagamento de despesas com ações que visem o desenvolvimento do mercado de bônus soberanos da América Latina. Os créditos relativos aos projetos “Alinhamento concentrado de competência em domínio de idiomas” e “Realinhamento da Cultura Organizacional e do Estilo Gerencial” referem-se a devoluções de despesas, as quais foram realizadas em exercício anterior.

Em relação aos projetos concluídos, a seguir são destacados alguns aspectos referentes aos projetos mais relevantes em termos de valores orçados:

- a) “Modernização do STR – Redução de riscos e aumento de eficiência, com democratização do acesso à moeda de banco central” teve por objetivo: (i) mitigar o risco de liquidações

financeiras das operações realizadas no mercado interbancário, as quais incluem, entre outras, as operações de política monetária e política cambial; (ii) propiciar condições de melhor liquidez ao mercado de títulos públicos federais; (iii) ampliar a competição entre os prestadores de serviços de pagamentos; (iv) dar maior visibilidade ao Bacen sobre as instituições financeiras; e (v) evitar a concentração de pagamentos nas instituições bancárias que atuam como instituição de liquidação e a exposição ao risco de interrupção ou lentidão no processamento do Sistema de Pagamentos de Grande Valor (SPGV) do Brasil;

- b) “Programa de Revitalização e Organização da Tecnologia de Informação” aumentou a disponibilidade dos serviços, melhorou a capacidade de processamento e o desempenho do acesso às bases de dados e minimizou o tempo de resposta dos aplicativos, conferindo maior velocidade na transmissão de dados e maior disponibilidade e confiabilidade para as redes locais e para a rede de longa distância;
- c) “SAR – Sistema de Administração das Reservas” possibilitou a atuação do Bacen no mercado financeiro internacional, obtendo melhoria na performance das aplicações das reservas internacionais, maior flexibilidade para implementação de estratégias de investimentos das reservas, redução do risco operacional mediante a automação de processos, e aperfeiçoamento dos mecanismos de captura e disseminação de informações de mercado.

### 8.5. Projetos cancelados

Projetos Cancelados	Orçamento Previsto	Realização		
		até 31.12.2010	em 2011	até 31.12.2011
- Aperfeiçoamento do controle interno da contabilidade	1.152	-	-	-
- Projeto de Proeficiência em Línguas Estrangeiras - Nível Estratégico	573	-	-	-
<b>Total - Projetos Cancelados</b>	<b>1.725</b>	-	-	-

### 8.6. Projetos por tipo de despesa

O quadro a seguir apresenta os gastos dos projetos classificados de acordo com o tipo de despesa efetuada:

	2011	2010
Diárias e Passagens	3.739	7.034
Serviços Técnico Profissionais	6.418	5.152
Treinamento	1.385	2.124
Serviços de Consultoria	5.884	10.732
Equipamentos de Informática	13.206	4.451
Softwares e soluções de informática	25.791	25.771
Realização de Obras	27.038	13.468
Aquisição e Manutenção de Bens Móveis	18.147	4.266
Outras	2.168	2.098
<b>Despesas Totais com Projetos</b>	<b>103.776</b>	<b>75.096</b>

## 9 - RESULTADO LÍQUIDO COM JUROS

	2011	2010
<b>Receitas de Juros</b>	<b>117.709</b>	<b>97.728</b>
Operações Compromissadas	117.595	97.594
Outras	114	134
<b>Despesas com Juros</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>
<b>Resultado Líquido com Juros</b>	<b>117.708</b>	<b>97.728</b>

**10 - RESULTADO NO PERÍODO**

O resultado no período foi positivo em R\$13.219 (R\$20.445 em 2010) e decorreu, basicamente, do fato de os rendimentos obtidos com as operações compromissadas (nota 9) terem sido superiores às despesas com projetos (nota 8).

**11 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS – POR CATEGORIA**

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
<b>Ativos Financeiros</b>	<b>1.122.621</b>	<b>1.109.947</b>
Empréstimos e Recebíveis	1.122.037	1.109.065
Mantidos até o Vencimento	584	882
<b>Passivos Financeiros</b>	<b>122</b>	<b>172</b>
Outros Passivos	122	172

Os ativos da Redi-BC não apresentam diferença significativa entre o valor justo e o valor contábil, por se referirem a operações à vista ou de curto prazo, à exceção dos Créditos com o Governo Federal, os quais, entretanto, não apresentam saldo relevante.

**12 - ADMINISTRAÇÃO DE RISCO**

Tendo em vista as características da Redi-BC, que basicamente investe seus recursos em operações compromissadas (nota 5) e os aplica em projetos de interesse do Bacen, não lhe sendo permitido contrair empréstimos ou outras formas de passivo, não existe política de mitigação de risco na administração de seus ativos e passivos.

**12.1. Risco de Crédito**

Risco de crédito é a possibilidade de perda associada à incerteza quanto ao não cumprimento das obrigações por uma contraparte.

Não existe política de mitigação do risco de crédito, uma vez que seus ativos têm como contraparte o próprio Bacen ou o Governo Federal.

**12.2. Risco de Mercado**

Risco de mercado é aquele resultante das oscilações de parâmetros de mercado, tais como taxa de juros e taxas de câmbio.

**12.2.1. Risco de Taxa de Juros**

É o risco resultante das mudanças nas taxas de juros, que afetam o valor justo dos instrumentos de rendimento prefixado e o fluxo financeiro futuro naqueles de rendimento pós-fixados. O quadro a seguir demonstra a exposição da Redi-BC às variações de fluxo financeiro, uma vez que ela não possui operações pré-fixadas.

	<u>31.12.2011</u>		<u>31.12.2010</u>	
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
Pós-fixado	1.122.527	-	1.109.936	-
Sem juros	94	122	11	172
<b>Total</b>	<b>1.122.621</b>	<b>122</b>	<b>1.109.947</b>	<b>172</b>

Cabe destacar que os ativos remunerados com taxas pós-fixadas são reprecificados em até um mês, sendo corrigidos pela Taxa Selic ou pelo IGP-M acrescido de juros.

Estima-se que um aumento de 1% na taxa de juros aumentaria o resultado de 2011 em R\$1.055 (R\$890 em 2010).

### **12.2.2. Risco de Variação Cambial**

É a possibilidade de perda decorrente de alterações nas taxas de câmbio.

Não há política de mitigação de risco de variação cambial em função do valor inexpressivo de ativos em moeda estrangeira.

### **12.3. Risco de Liquidez**

Risco de liquidez é aquele que surge da eventual dificuldade de negociação de papéis em um mercado secundário, em virtude de que este não possa absorver o volume que se deseja negociar sem que haja significativa alteração de preço.

Não há política de mitigação de riscos de liquidez em função da liquidez diária da maior parte dos ativos e dado o valor inexpressivo de passivos.

## **13 - PARTES RELACIONADAS**

De acordo com a IAS 24 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, as seguintes instituições se caracterizam como partes relacionadas da Redi-BC:

### **13.1. Banco Central do Brasil**

O Bacen é classificado como parte relacionada porque é seu gestor, realizando todas as operações em seu nome uma vez que a Redi-BC não possui personalidade jurídica, destacando-se, nesse sentido, os compromissos de revenda (nota 5) e as despesas com projetos (nota 8).

O Bacen é ressarcido dos custos incorridos na administração da Redi-BC por meio de cobrança de uma taxa de administração, que em 2011 foi de R\$1.869 (R\$1.637 em 2010). Essa taxa é calculada pelo Sistema de Custos e Informações Gerenciais, mantido pelo Bacen, e baseia-se nas horas de trabalho consumidas em atividades da Redi-BC.

### **13.2. Fundação Banco Central de Previdência Privada – Centrus**

A Centrus é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, e tem como objetivo complementar os benefícios de aposentadoria e pecúlio assegurados pela previdência social pública dos funcionários do Bacen que se aposentaram até 31 de dezembro de 1990. A Centrus, apesar de não possuir nenhuma transação com a Redi-BC, é considerada como parte relacionada obrigatória pela IAS 24 por se tratar de um fundo de pensão mantido por uma parte relacionada da Redi-BC, nesse caso, o Bacen.

### **13.3. Fundo de Assistência ao Pessoal – Faspe**

O Faspe é um fundo contábil criado para gerir recursos destinados à manutenção dos benefícios de saúde dos funcionários do Bacen. Foi criado pela Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, que determina que seus recursos serão compostos por dotações orçamentárias do Bacen e contribuição mensal dos participantes, sendo as contribuições do Bacen equivalentes à receita prevista com a contribuição dos participantes. O Faspe, apesar de não possuir nenhuma transação com a Redi-BC, é considerado como parte relacionada obrigatória pela IAS 24 por se tratar de um plano de benefício pós-emprego mantido por uma parte relacionada da Redi-BC, nesse caso, o Bacen.

### **13.4. Governo Federal**

O Governo Federal foi classificado como parte relacionada porque pode ser considerado o seu controlador, uma vez que originariamente a Redi-BC foi constituída com recursos da Recheque (nota 1).

**14 - EVENTO SUBSEQUENTE**

A Redi-BC possuía, em 31 de dezembro de 2011, créditos com o Banco Mercantil – Em Liquidação Extrajudicial originários de pagamentos efetuados aos credores de instituições submetidas aos regimes de liquidação ou intervenção, decretados a partir de 1º de julho de 1994, por depósitos à vista e a prazo. No entanto, esses créditos não estavam registrados na contabilidade uma vez que não existia expectativa do seu recebimento.

Em 26 de janeiro de 2012 o Banco Mercantil – Em Liquidação Extrajudicial firmou, com base no art. 65 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, termo de pagamento à vista de sua dívida junto à Redi-BC. O valor da dívida na data de sua consolidação, que corresponde à data em que a instituição manifestou sua opção pelo pagamento à vista, era de R\$27.234, prevalecendo o valor do principal e incidindo desconto de 45% sobre o valor dos encargos, conforme previsto na referida lei. O valor atualizado na data do recebimento foi de R\$27.597, o qual gerou um efeito financeiro positivo de igual montante no resultado da Redi-BC.

---

**Adalberto Felinto da Cruz Júnior**  
Chefe do Departamento de Planejamento,  
Orçamento e Gestão

---

**Eduardo de Lima Rocha**  
Chefe do Departamento de Contabilidade e  
Execução Financeira  
Contador - CRC-DF 12005/O-9



**KPMG Auditores Independentes**

SBS - Qd. 02 - Bl. Q - Lote 03 - Salas 708 a 711  
Edifício João Carlos Saad  
70070-120 - Brasília, DF - Brasil  
Caixa Postal 8723  
70312-970 - Brasília, DF - Brasil

Central Tel 55 (61) 2104-2400  
Fax 55 (61) 2104-2406  
Internet www.kpmg.com.br

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao  
Administrador da  
Reserva para o Desenvolvimento Institucional do Banco Central - Redi-BC  
(Administrada pelo Banco Central do Brasil)  
Brasília - DF

Examinamos as demonstrações financeiras da Reserva para o Desenvolvimento Institucional do Banco Central - Redi-BC que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Redi-BC é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Redi-BC para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Redi-BC.



Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

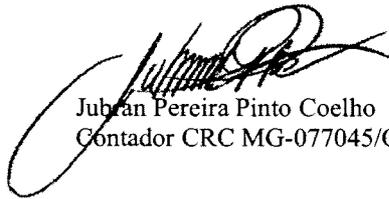
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Reserva para o Desenvolvimento Institucional do Banco Central - Redi-BC em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Brasília, 28 de março de 2012

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-DF



Juliano Pereira Pinto Coelho  
Contador CRC MG-077045/O-0 S-DF

**RESERVA MONETÁRIA**  
**BALANÇO PATRIMONIAL - EM 31.12.2011**  
**Em milhares de Reais**

<b>ATIVO</b>				<b>PASSIVO</b>			
	<b>Notas</b>	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>		<b>Notas</b>	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
<b>ATIVO</b>		<b>4.533.853</b>	<b>4.072.507</b>	<b>PASSIVO</b>		<b>5</b>	<b>2</b>
Disponibilidades		8	6	Créditos a Pagar		5	2
Compromisso de Revenda	4	4.175.030	3.671.164	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>7</b>	<b>4.533.848</b>	<b>4.072.505</b>
Créditos com o Governo Federal	5	332.722	374.730	Ganhos (Perdas) Reconhecidos Diretamente no Patrimônio		(11.432)	(13.509)
Títulos Públicos Federais	6	26.093	26.607	Resultados Acumulados		4.545.280	4.086.014
<b>TOTAL</b>		<b>4.533.853</b>	<b>4.072.507</b>	<b>TOTAL</b>		<b>4.533.853</b>	<b>4.072.507</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIO DE 2011**  
**Em milhares de Reais**

	<b>Notas</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Receitas com Juros	8	459.744	365.054
Outras Receitas		710	26
Outras Despesas		(1.188)	(968)
<b>RESULTADO NO PERÍODO</b>	<b>9.1</b>	<b>459.266</b>	<b>364.112</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIO DE 2011**  
**Em milhares de Reais**

	<b>Notas</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>RESULTADO NO PERÍODO</b>	<b>9.1</b>	<b>459.266</b>	<b>364.112</b>
<b>Ativo Disponível para Venda</b>			
Ganhos (perdas) levados ao Patrimônio Líquido		2.077	760
<b>RESULTADO ABRANGENTE NO PERÍODO</b>	<b>9.2</b>	<b>461.343</b>	<b>364.872</b>

(As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras)

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIO DE 2011**  
**Em milhares de Reais**

	<b>GANHOS (PERDAS) RECONHECIDOS DIRETAMENTE NO PATRIMÔNIO</b>	<b>RESULTADOS ACUMULADOS</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>(13.509)</b>	<b>4.086.014</b>	<b>4.072.505</b>
Ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no Patrimônio	2.077	-	2.077
Resultado do exercício	-	459.266	459.266
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>(11.432)</b>	<b>4.545.280</b>	<b>4.533.848</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>(14.269)</b>	<b>3.721.902</b>	<b>3.707.633</b>
Ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no Patrimônio	760	-	760
Resultado do exercício	-	364.112	364.112
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>(13.509)</b>	<b>4.086.014</b>	<b>4.072.505</b>

**RESERVA MONETÁRIA**  
**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - EXERCÍCIO DE 2011**  
**Em milhares de Reais**

**fl. 2**

	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Fluxo de Caixa Líquido de Atividades Operacionais</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
(Aplicação) resgate de operações compromissadas	(93.335)	(81.595)
Recebimento de crédito a receber	89.645	63.830
(Aplicação) resgate de títulos públicos federais	3.825	18.711
Recebimento de créditos inscritos em dívida ativa	1.052	-
Pagamento de taxa de administração ao Banco Central	(1.188)	(969)
Outros recebimentos (pagamentos)	3	26
<b>Fluxo de Caixa Líquido</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
<b>Varição em Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	<b>6</b>	<b>3</b>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<b>8</b>	<b>6</b>

(As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras)

## 1 - A RESERVA MONETÁRIA E SUAS ATRIBUIÇÕES

A Reserva Monetária foi criada pela Lei nº 5.143, de 20 de outubro de 1966, e tem por finalidade assegurar a normalidade dos mercados financeiros e de capitais, conforme o art. 12, regulamentado pelo Decreto-Lei nº 1.342, de 28 de agosto de 1974, tendo como fonte de recursos a receita líquida do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF (art. 12 da Lei nº 5.143, de 1966).

Em decorrência da edição do Decreto-Lei nº 2.471, de 1º de setembro de 1988, que determinou a transferência da cobrança e administração do IOF para a Secretaria da Receita Federal, incorporando o tributo ao Tesouro da União, a Reserva Monetária deixou de receber novos ingressos originários da arrecadação daquele imposto. Não obstante isso, o Fundo não foi formalmente extinto e continuou a ser suprido com os valores recuperados pelo Banco Central do Brasil – Bacen referentes às aplicações feitas anteriormente no saneamento do mercado financeiro.

O Bacen é o administrador dessa Reserva, realizando todas as operações em seu nome em razão de a Reserva Monetária não possuir personalidade jurídica, sendo o Departamento de Liquidações Extrajudiciais – DeliQ responsável pela sua gestão. O Bacen é ressarcido dos custos incorridos por meio da cobrança de uma taxa de administração calculada pelo Sistema de Custos e Informações Gerenciais mantido pelo Bacen.

A Reserva Monetária está sediada em Brasília – Distrito Federal, no Setor Bancário Sul, quadra 3, bloco B, no edifício sede do Bacen.

Na forma do art. 28 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a Reserva Monetária somente poderá socorrer as instituições financeiras mediante a edição de lei específica.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 28 de março de 2012 e encontram-se publicadas no sítio do Bacen na internet ([www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)).

## 2 - APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Reserva Monetária para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Informações Financeiras – IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A aplicação obrigatória da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que estava prevista para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2013, foi prorrogada pelo *IASB* para 1º de janeiro de 2015, de forma a manter para todas as fases do projeto a mesma data efetiva de obrigatoriedade. Essa norma não foi aplicada antecipadamente, tendo em vista que:

- a) a substituição da Norma Internacional de Contabilidade – IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração deverá ser efetuada pelo *IASB* em três fases: i) classificação e mensuração; ii) *impairment*; e iii) contabilidade de *hedge*;
- b) dessas fases, apenas a primeira foi concluída; e
- c) a revisão parcial da contabilização de instrumentos financeiros poderia trazer distorções às demonstrações financeiras da Reserva Monetária.

Em função dos aspectos anteriormente elencados e, também, de que instrumentos financeiros compõem a quase totalidade de ativos e passivos da Reserva Monetária, não é possível efetuar uma previsão da data da adoção antecipada dessa norma e, tampouco, estimar seus possíveis efeitos sobre as demonstrações financeiras.

As seguintes normas e alterações de normas já emitidas, mas que ainda não estão em vigor, não foram aplicadas antecipadamente e não se esperam efeitos sobre as demonstrações financeiras da Reserva Monetária:

- a) Modificações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, com aplicação obrigatória para períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2012;

- b) IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo, com aplicação obrigatória para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013;
- c) Modificações à IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, com aplicação obrigatória para períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011.

### **3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

A seguir, é apresentado um resumo das principais práticas contábeis utilizadas pela Reserva Monetária, que foram consistentemente aplicadas às informações financeiras comparativas.

#### **3.1. Apuração do resultado**

O resultado da Reserva Monetária é apurado semestralmente em conformidade com o regime de competência e incorporado ao patrimônio líquido (nota 9.1).

#### **3.2. Reconhecimento de receitas e despesas de juros**

As receitas e despesas de juros são reconhecidas utilizando-se a taxa de juros efetiva, a qual desconta exatamente o fluxo futuro de recebimentos e pagamentos de um ativo ou passivo financeiro para seu valor líquido contábil, em função de seus prazos contratuais. Esse cálculo considera todos os valores relevantes pagos ou recebidos entre as partes, tais como taxas, comissões, descontos e prêmios.

As receitas e despesas de juros apresentadas na demonstração de resultado incluem as receitas e despesas de juros de todos os ativos e passivos financeiros da Reserva Monetária não classificados na categoria Valor Justo a Resultado.

#### **3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional e de apresentação destas demonstrações financeiras é o Real, que representa a moeda do principal ambiente econômico de atuação da Reserva Monetária.

#### **3.4. Ativos e passivos financeiros**

##### **3.4.1 Reconhecimento**

Os ativos e passivos financeiros são registrados pelo valor justo no momento da contratação, ou seja, na data em que a Reserva Monetária se compromete a efetuar a compra ou a venda, sendo que, para aqueles não classificados na categoria Valor Justo a Resultado, esse valor inclui todos os custos incorridos na operação.

A Reserva Monetária realiza operações em que não recebe nem transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de ativos financeiros negociados, como nos compromissos de revenda. Nessa situação, os ativos negociados não são reconhecidos na contabilidade e os montantes aplicados são registrados no balanço patrimonial pelos valores adiantados.

##### **3.4.2 Baixa**

Ativos financeiros são baixados quando:

- a) os direitos de receber seus fluxos de caixa expiram, em virtude de liquidação financeira, inexistência de perspectiva de realização ou perda do direito de realização; ou
- b) a Reserva Monetária transfere os direitos de receber os fluxos de caixa, transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. Não sendo possível determinar se houve retenção ou transferência substancial de todos os riscos e benefícios da propriedade, os ativos financeiros são baixados caso não haja retenção de controle sobre o ativo financeiro transferido.

Passivos financeiros são baixados quando as obrigações são quitadas, canceladas ou expiram.

### **3.4.3 Classificação dos instrumentos financeiros**

Na data da contratação, os ativos financeiros são classificados em uma das seguintes categorias: Valor Justo a Resultado, Mantidos até o Vencimento, Empréstimos e Recebíveis ou Disponíveis para Venda. Após o registro inicial, os ativos são avaliados de acordo com a classificação efetuada:

#### **a) Valor justo a resultado**

Um instrumento financeiro é classificado na categoria Valor Justo a Resultado, com ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo reconhecidos no resultado, na ocorrência de uma das seguintes situações:

- se existir a intenção de negociação no curto prazo;
- se for um instrumento derivativo;
- por decisão da Administração, quando essa classificação apresentar informações mais relevantes e desde que esses ativos façam parte de uma carteira que seja avaliada e gerenciada com base no valor justo;

#### **b) Mantidos até o vencimento**

Compreende os ativos financeiros não derivativos para os quais a entidade tenha a intenção e a capacidade de manter até o vencimento. Esses ativos são avaliados pelo custo amortizado, sendo os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, reconhecidos no resultado pelo regime de competência;

#### **c) Empréstimos e recebíveis**

Inclui os ativos financeiros não derivativos com amortizações fixas ou determináveis e que não são cotados em mercado. Esses ativos são avaliados pelo custo amortizado, sendo os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, reconhecidos no resultado pelo regime de competência;

#### **d) Disponíveis para venda**

Esta categoria registra os ativos financeiros não derivativos não classificados nas demais categorias, uma vez que a Administração não possui expectativa determinada de venda. Esses ativos são avaliados pelo valor justo e têm seus ganhos e perdas levados ao patrimônio líquido, sendo reconhecidos no resultado no momento de sua efetiva realização. Entretanto, os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

### **3.4.4 Metodologia de avaliação**

O valor justo é o valor de mercado divulgado pelas principais centrais de custódia ou provedores de informações econômicas. Para os instrumentos sem mercado ativo, o valor justo é calculado com base em modelos de precificação que incluem o valor das últimas negociações ocorridas, o fluxo de caixa descontado e o valor justo de instrumentos financeiros semelhantes. Os modelos utilizados são avaliados por um comitê multidepartamental, a quem cabe sugerir novas metodologias ou aprimoramentos.

O custo amortizado é o valor na data de reconhecimento, acrescido dos juros contratuais utilizando-se a taxa efetiva de juros, e descontados os valores de eventuais amortizações e de reduções por perda de valor.

O quadro a seguir apresenta um resumo dos instrumentos financeiros e suas classificações:

<b>Ativo</b>	<b>Categoria</b>	<b>Metodologia de Avaliação / Referência</b>
Disponibilidades	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Compromisso de Revenda	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Créditos com o Governo Federal - Créditos Cedidos à União	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Créditos com o Governo Federal - FCVS	Disponíveis para venda	Valor justo / Taxas referenciais da BM&FBovespa
Créditos com o Governo Federal - Fahbre	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Créditos com o Governo Federal - Provenientes de Quotas do FND	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Títulos Públicos Federais - CVS	Disponíveis para venda	Valor justo / Taxas referenciais da BM&FBovespa
<b>Passivo</b>	<b>Categoria</b>	<b>Metodologia de Avaliação / Referência</b>
Créditos a Pagar	Outros Passivos	Custo amortizado

### 3.4.5 Provisão para perda de ativos financeiros

A Reserva Monetária efetua, no mínimo semestralmente, uma avaliação para verificar se existem evidências de perdas de valor de seus ativos financeiros.

Somente são consideradas evidências objetivas de perda os fatos ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo que tenham impacto no fluxo estimado de recebimentos e desde que esse impacto possa ser estimado com confiança. São considerados, por exemplo, os seguintes eventos:

- dificuldades financeiras do devedor;
- o não pagamento de parcelas da obrigação, do principal ou de juros;
- renegociação ou abatimento;
- liquidação extrajudicial, falência e reorganização financeira;
- desaparecimento de mercado ativo, em função de dificuldades financeiras do emissor.

Se existirem evidências objetivas de perda nos ativos avaliados pelo custo amortizado, o valor da perda é calculado pela diferença entre o valor do ativo na data da avaliação e o valor que se espera receber ajustado a valor presente pelas taxas contratuais, sendo o valor do ativo ajustado com o uso de uma conta de provisão e o valor da perda reconhecido no resultado.

Provisões para perda de ativos financeiros são avaliadas individualmente por um comitê multidepartamental, a quem cabe verificar a propriedade dos valores e metodologias utilizadas.

Para os ativos classificados na categoria Disponíveis para Venda, havendo evidências objetivas de perda permanente, a perda acumulada reconhecida no patrimônio líquido deve ser transferida para a demonstração de resultado, mesmo não havendo a realização do ativo.

Quando um ativo é considerado não recebível, seu valor é baixado contra a conta de provisão. Eventuais recebimentos posteriores de ativos baixados são reconhecidos como receita.

Se, em períodos subsequentes, ocorrer alteração nas condições de recebimento do ativo, e essa alteração ocasionar reversão de provisão anteriormente reconhecida, o valor da reversão é reconhecido como receita, com exceção das participações societárias, para as quais a provisão para perda não pode ser revertida.

### 3.5. Imunidade tributária

De acordo com o previsto na Constituição Federal brasileira, a Reserva Monetária possui imunidade quanto à cobrança de impostos sobre seu patrimônio e sobre as rendas e serviços relacionados às suas atividades. Entretanto, está obrigada a efetuar retenções de tributos referentes aos pagamentos de serviços prestados por terceiros.

### 3.6. Demonstração de Fluxo de Caixa

Para fins da Demonstração de Fluxo de Caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem apenas as disponibilidades.

#### 4 - COMPROMISSO DE REVENDA

São operações em que ocorre uma compra à vista concomitante à assunção do compromisso de revenda em data futura de títulos públicos federais. Nessas operações a contraparte é sempre o Bacen e, tendo em vista suas características, os bens negociados são contabilizados como garantias.

As garantias das operações compromissadas são sempre constituídas em títulos públicos federais custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, que são avaliados a preços inferiores àqueles observados no mercado secundário com o objetivo de proteger o credor dos recursos das variações nas taxas de mercado (preços). Uma vez que o valor das garantias é estabelecido no momento da contratação da operação, não havendo a previsão de ajuste durante sua vigência, o credor dos recursos assume o risco da variação de preços de mercado das garantias, quando estes caem abaixo daqueles estabelecidos quando da contratação da operação.

Essas operações são remuneradas por 95,5% da taxa Selic e sua contratação considera o prazo de vencimento dos títulos recebidos em garantia, cabendo destacar, no entanto, a possibilidade de resgate antecipado de recursos para fazer frente às necessidades de caixa da Reserva Monetária. São constituídas sem cláusula de “livre movimentação”, ou seja, a venda definitiva dos títulos recebidos em garantia não é permitida durante a vigência da operação.

	31.12.2011	31.12.2010
Compromisso de Revenda sem livre movimentação	4.175.030	3.671.164
Garantias	4.203.407	3.696.067

A variação no saldo da rubrica compromisso de revenda deve-se à incorporação de juros (nota 8) e às novas aplicações no período.

#### 5 - CRÉDITOS COM O GOVERNO FEDERAL

	31.12.2011			31.12.2010		
	Custo Amortizado	Ajuste a Valor Justo	Contabilidade	Custo Amortizado	Ajuste a Valor Justo	Contabilidade
Prog. Refin. de Créd. Cedidos à União	291.265	-	291.265	337.202	-	337.202
FCVS	47.703	(6.571)	41.132	44.415	(7.340)	37.075
Fundo de Habit. de Baixa Renda - Fahbre	-	-	-	309	-	309
Quotas do FND	-	-	-	304	(160)	144
Créditos provenientes de Quotas do FND	325	-	325	-	-	-
<b>Total</b>	<b>339.293</b>	<b>(6.571)</b>	<b>332.722</b>	<b>382.230</b>	<b>(7.500)</b>	<b>374.730</b>

- a) O Programa de Refinanciamento de Créditos Cedidos à União refere-se aos créditos decorrentes da Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, que determina a consolidação das dívidas dos governos estaduais nas diversas entidades do Governo Federal, sendo corrigidos pelo IGP-M e juros de 6% ao ano e vencimento em 2014. Esse crédito está classificado na categoria Empréstimos e Recebíveis;
- b) O Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS é um fundo constituído com o objetivo de garantir a cobertura dos saldos devedores residuais em contratos habitacionais, cuja responsabilidade pelo pagamento é do Tesouro Nacional. Esse pagamento será feito por meio da novação do crédito e consequente emissão de títulos da dívida pública federal denominados CVS. Tendo em vista as características do crédito e dos títulos a serem recebidos no processo de novação, esse crédito está classificado na categoria Disponíveis para Venda. O valor justo desses créditos baseia-se nas taxas referenciais dos swaps DI x TR disponibilizados pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBovespa para o prazo de vencimento dos contratos;
- c) Os créditos a receber provenientes de quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND foram constituídos com base no art. 15 da Medida Provisória nº 517, de 30 de dezembro de

2010, que estabeleceu a extinção do referido fundo, garantindo aos seus quotistas o ressarcimento de sua participação com base no valor patrimonial de cada quota, atualizado monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Esses créditos estão classificados na categoria Empréstimos e Recebíveis.

A variação no saldo dos créditos com o Governo Federal deve-se, principalmente, aos valores recebidos no período relativos ao Programa de Refinanciamento de Créditos Cedidos à União (nota 13.3). Os créditos relativos ao Fundo de Habitação de Baixa Renda – Fahbre foram recebidos integralmente em abril de 2011.

## 6 - TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS

Referem-se a títulos CVS recebidos pela Reserva Monetária em decorrência da novação de parte dos créditos do FCVS de sua propriedade.

Esses títulos são atualizados pela Taxa Referencial – TR mais juros efetivos de 3,12% a.a. ou 6,17% a.a., dependendo da origem da dívida. A custódia é feita na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos – Cetip e terão vencimento em 1º de janeiro de 2027.

## 7 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 7.1. Resultados acumulados

Inclui todos os resultados acumulados pela Reserva Monetária desde a sua criação, uma vez que não existe distribuição dos resultados acumulados.

### 7.2. Ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no patrimônio

Referem-se aos ajustes de marcação a valor justo dos ativos financeiros classificados na categoria Disponíveis para Venda.

## 8 - RECEITAS COM JUROS

	2011	2010
<b>Receitas com Juros</b>	<b>459.744</b>	<b>365.054</b>
Operações Compromissadas	410.531	308.830
Créditos com o Governo Federal	47.049	55.871
Títulos Públicos Federais	2.164	353
<b>Total</b>	<b>459.744</b>	<b>365.054</b>

## 9 - RESULTADO

### 9.1. Resultado no período

O resultado no período foi positivo em R\$459.266 (R\$364.112 em 2010) e decorreu substancialmente dos rendimentos obtidos nas operações compromissadas com títulos públicos federais.

### 9.2. Resultado abrangente

A Demonstração do Resultado Abrangente – DRA tem como objetivo a evidenciação do resultado econômico de uma entidade, ampliando o nível de divulgação dos resultados para além do conceito de resultado contábil, usualmente evidenciado por meio da Demonstração do Resultado do Exercício – DRE.

Com vistas a propiciar maior transparência aos resultados, na DRA são evidenciados os ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido (nota 7.2).

**10 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS – POR CATEGORIA**

Ativos Financeiros	31.12.2011		31.12.2010	
	Valor Justo	Contabilidade	Valor Justo	Contabilidade
Empréstimos e recebíveis	4.451.827	4.466.628	4.007.496	4.008.681
Disponíveis para venda	67.225	67.225	63.826	63.826
<b>Total</b>	<b>4.519.052</b>	<b>4.533.853</b>	<b>4.071.322</b>	<b>4.072.507</b>

Em 31 de dezembro de 2011, dentre os instrumentos classificados como Empréstimos e Recebíveis, o valor justo dos créditos com o Programa de Refinanciamento de Créditos Cedidos à União, apurado com base na metodologia dos fluxos de caixa descontados, utilizando-se taxas de mercado compatíveis, era R\$276.464 (R\$336.018 em 2010). Os demais ativos classificados nessa categoria não apresentam diferença significativa entre o valor justo e o valor contábil, por se tratar, basicamente, de operações à vista ou de curto prazo.

**11 - VALOR JUSTO – POR HIERARQUIA**

As metodologias de avaliação do valor justo são classificadas de acordo com os seguintes níveis de hierarquia, que refletem a representatividade dos dados utilizados em sua mensuração:

- Nível 1 – avaliação baseada em cotações de preços de instrumentos financeiros idênticos, negociados em mercado ativo, sem a realização de ajustes;
- Nível 2 – técnicas de avaliação baseadas em dados observáveis. Esta categoria contempla instrumentos financeiros que são avaliados utilizando-se: (i) cotações de preços de instrumentos financeiros similares, negociados em mercado ativo; (ii) cotações de preços de instrumentos financeiros idênticos ou similares, negociados em mercado pouco ativo; e (iii) outras técnicas de avaliação nas quais todos os dados significativos são observáveis, direta ou indiretamente, em informações do mercado;
- Nível 3 – técnicas de avaliação baseadas em dados não observáveis. Esta categoria contempla todos os instrumentos financeiros cujas técnicas de avaliação são baseadas em dados não observáveis em informações do mercado, sendo que estes dados têm efeito significativo na mensuração de seu valor justo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros que são avaliados com base em cotações de preços de instrumentos similares que necessitam, entretanto, de ajustes e de presunções para que seus valores justos reflitam as diferenças entre eles.

O quadro a seguir apresenta o saldo existente para os instrumentos financeiros da Reserva Monetária avaliados a valor justo, de acordo com o nível de hierarquia de valor justo no qual está classificado:

**Em 31.12.2011**

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Créditos com o Governo Federal - FCVS	-	-	41.132	41.132
Títulos Públicos Federais - CVS	-	-	26.093	26.093

**Em 31.12.2010**

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Créditos com o Governo Federal</b>	-	<b>144</b>	<b>37.075</b>	<b>37.219</b>
Créditos com o Governo Federal - FCVS	-	-	37.075	37.075
Créditos com o Governo Federal - Quotas do FND	-	144	-	144
<b>Títulos Públicos Federais - CVS</b>	-	-	<b>26.607</b>	<b>26.607</b>

Os créditos com o Governo Federal provenientes do FCVS (nota 5) e os títulos públicos federais (nota 6) são classificados no Nível 3 da hierarquia de valor justo em função da metodologia de avaliação considerar o valor justo apurado com baseado nas taxas referenciais dos *swaps* DI x TR disponibilizados pela BMF&Bovespa para o prazo de vencimento dos contratos.

Não foram identificadas metodologias alternativas, também consideradas apropriadas, que pudessem servir de base para cálculo do impacto de sua utilização na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros.

## 12 - ADMINISTRAÇÃO DE RISCO

Tendo em vista suas características e a legislação específica (nota 1), a Reserva investe seus recursos em operações compromissadas com títulos públicos federais, não lhe sendo permitido contrair empréstimos ou outras formas de passivo. Assim, não existe política de risco na administração de seus ativos e passivos.

### 12.1. Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de perda associada à incerteza quanto ao não cumprimento das obrigações por uma contraparte.

Não existe política de mitigação do risco de crédito, uma vez que seus ativos têm como contraparte o próprio Bacen ou o Governo Federal.

### 12.2. Risco de Mercado

Risco de mercado é aquele resultante das oscilações de parâmetros de mercado, tais como taxa de juros e taxas de câmbio.

#### 12.2.1 Risco de Taxa de Juros

É o risco resultante das mudanças nas taxas de juros, que afetam o valor justo dos instrumentos de rendimento prefixado e o fluxo financeiro futuro naqueles de rendimento pós-fixados. O quadro a seguir demonstra a exposição da Reserva Monetária às variações de fluxo financeiro, uma vez que ela não possui operações pré-fixadas.

	31.12.2011	31.12.2010
Pós-fixado	4.533.845	4.072.357
Sem juros	8	150
<b>Total</b>	<b>4.533.853</b>	<b>4.072.507</b>

Cabe destacar que os ativos remunerados com taxas pós-fixadas são reprecificados em até um mês, sendo corrigidos, por exemplo, pela Taxa Selic e pela TR.

Estima-se que um aumento de 1% na taxa de juros aumentaria o resultado de 2011 em R\$4.119 (R\$3.325 em 2010).

### 12.3. Risco de Liquidez

O risco de liquidez é aquele que surge da eventual dificuldade de negociação de papéis em um mercado secundário, em virtude de que este não possa absorver o volume que se deseja negociar sem que haja significativa alteração de preço.

Não há política de mitigação de riscos de liquidez em função da liquidez diária da maior parte dos ativos e dado o valor inexpressivo de passivos.

**13 - PARTES RELACIONADAS**

De acordo com a IAS 24 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, as seguintes instituições se caracterizam como partes relacionadas da Reserva Monetária:

**13.1. Banco Central do Brasil**

O Bacen é classificado como parte relacionada porque é seu gestor, realizando todas as operações em seu nome uma vez que a Reserva Monetária não possui personalidade jurídica.

O Bacen é ressarcido dos custos incorridos na administração da Reserva Monetária através da cobrança de uma taxa de administração, que em 2011 foi R\$1.188 (R\$968 em 2010). Essa taxa é calculada pelo Sistema de Custos e Informações Gerenciais, mantido pelo Bacen, e baseia-se nas horas de trabalho consumidas em atividades da Reserva Monetária.

**13.2. Fundação Banco Central de Previdência Privada – Centrus**

A Centrus é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, e tem como objetivo complementar os benefícios de aposentadoria e pecúlio assegurados pela previdência social pública dos funcionários do Bacen que se aposentaram até 31 de dezembro de 1990. A Centrus, apesar de não possuir nenhuma transação com a Reserva Monetária, é considerada como parte relacionada obrigatória pela IAS 24 por se tratar de um fundo de pensão mantido por uma parte relacionada da Reserva Monetária, nesse caso, o Bacen.

**13.3. Fundo de Assistência ao Pessoal – Faspe**

O Faspe é um fundo contábil criado para gerir recursos destinados à manutenção dos benefícios de saúde dos funcionários do Bacen. Foi criado pela Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, que determina que seus recursos serão compostos por dotações orçamentárias do Bacen e contribuição mensal dos participantes, sendo as contribuições do Bacen equivalentes à receita prevista com a contribuição dos participantes. O Faspe, apesar de não possuir nenhuma transação com a Reserva Monetária, é considerado como parte relacionada obrigatória pela IAS 24 por se tratar de um plano de benefício pós-emprego mantido por uma parte relacionada da Reserva Monetária, nesse caso, o Bacen.

**13.4. Governo Federal**

O Governo Federal foi classificado como parte relacionada porque pode ser considerado o seu controlador, uma vez que originariamente a Reserva Monetária foi constituída com recursos tributários (nota 1).

O quadro a seguir apresenta as principais transações no período:

	2011	2010
<b>Programa de Refinanciamento de Créditos Cedidos à União</b>		
Saldo Inicial	337.202	349.461
(+) juros	43.396	50.641
(-) recebimento	(89.333)	(62.900)
Saldo Final	291.265	337.202
<b>FCVS</b>		
Saldo Inicial	37.075	75.743
(+) juros	3.288	5.378
(-) recebimento	-	(50.975)
(+/-) ajuste a valor justo	769	6.929
Saldo Final	41.132	37.075
<b>Títulos Públicos Federais</b>		
Saldo Inicial	26.607	-
(+/-) emissão/resgate	(3.825)	32.264
(+) juros	2.164	352
(+/-) ajuste a valor justo	1.147	(6.009)
Saldo Final	26.093	26.607
<b>Outros</b>	325	453
<b>Total</b>	<b>358.815</b>	<b>401.337</b>

**Dawilson Sacramento**  
Chefe do Departamento de  
Liquidações Extrajudiciais

**Eduardo de Lima Rocha**  
Chefe do Departamento de Contabilidade e  
Execução Financeira  
Contador - CRC-DF 12005/O-9



**KPMG Auditores Independentes**

SBS - Qd. 02 - Bl. Q - Lote 03 - Salas 708 a 711  
Edifício João Carlos Saad  
70070-120 - Brasília, DF - Brasil  
Caixa Postal 8723  
70312-970 - Brasília, DF - Brasil

Central Tel 55 (61) 2104-2400  
Fax 55 (61) 2104-2406  
Internet www.kpmg.com.br

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao  
Administrador da  
Reserva Monetária  
(Administrada pelo Banco Central do Brasil)  
Brasília - DF

Examinamos as demonstrações financeiras da Reserva Monetária que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Reserva Monetária é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Reserva Monetária para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Reserva Monetária.



Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

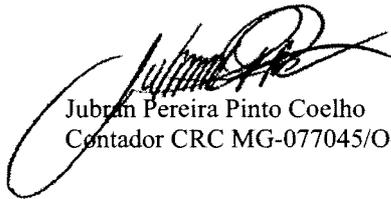
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Reserva Monetária em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Brasília, 28 de março de 2012

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-DF



Jubran Pereira Pinto Coelho  
Contador CRC MG-077045/O-0 S-DF